



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – POSENSINO
CURSO – MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

ERIKAH PINTO SOUZA

**“QUANDO A GENTE CONSEGUE AQUILO QUE COLOCAMOS COMO
OBJETIVO, ACABAMOS REVOLUCIONANDO”: TRAJETÓRIAS DE ÊXITO
ESCOLAR DE PROFESSORAS TRANS E TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE**

MOSSORÓ – RN
2022

ERIKAH PINTO SOUZA

**“QUANDO A GENTE CONSEGUE AQUILO QUE COLOCAMOS COMO
OBJETIVO, ACABAMOS REVOLUCIONANDO”: TRAJETÓRIAS DE ÊXITO
ESCOLAR DE PROFESSORAS TRANS E TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da ampla associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino. Linha de Pesquisa: Ensino de Ciências Sociais e Humanas.
Professor Orientador: Dr. Francisco Vieira da Silva.

MOSSORÓ-RN
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca IFRN – *Campus Ipangaçu*

S729q Souza, Erikah Pinto.

“Quando a gente consegue aquilo que colocamos como objetivo, acabamos revolucionando”: trajetórias de êxito escolar de professoras trans e travestis em Fortaleza-Ce / Erikah Pinto Souza. – Mossoró, RN, 2022.
98 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ensino) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2022.

Orientador: Dr. Francisco Vieira da Silva.

1. Êxito escolar. 2. Docência. 3. Transexualidade - Travesti. I. Título.

CDU 37.011-055.3

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Dayse Alves dos Santos CRB15/528.

ERIKAH PINTO SOUZA

**“QUANDO A GENTE CONSEGUE AQUILO QUE COLOCAMOS COMO
OBJETIVO, ACABAMOS REVOLUCIONANDO”: TRAJETÓRIAS DE ÊXITO
ESCOLAR DE PROFESSORAS TRANS E TRAVESTIS EM FORTALEZA-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), associação ampla entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração: Educação Básica. Linha de pesquisa: Ciências Sociais e Humanas.

Dissertação apresentada e aprovada em 17/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Francisco Vieira da Silva

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva (UFERSA)
Orientador

Samilo Takara

Prof. Dr. Samilo Takara (UNIR)
Examinador Externo

Emerson Augusto de Medeiros

Prof. Dr. Emerson Augusto de Medeiros (UFERSA)
Examinador Interno

Profa. Dr. Marcelo Bezerra de Moraes (UERN)
Suplente Interno

MOSSORÓ-RN
2022

Dedico este trabalho a minha mãe (D. Lourdes – (em memória), meu grande amor, a todas as pessoas trans e travestis do Brasil e do mundo que cotidianamente lutam para sobreviver, as minhas amigas e amigos por toda a força e companheirismo de sempre. As minhas professoras e meus professores da Educação Básica, Ensino Superior e de tantos momentos formativos que tive até hoje. E de forma especial, dedico a todas as futuras gerações de pessoas trans e travestis que virão. Lutamos ontem, hoje e sempre para que todas vocês tenham o direito de ser e existir.

AGRADECIMENTOS

Toda trajetória de nós seres humanos é cheia de momentos bons e ruins, porém, quando falamos de corpos que são historicamente marginalizados e segregados os momentos ruins são fortemente potencializados e nos remetem a pensamentos e reflexões sobre como queremos ser e viver a todo momento. Ser uma pessoa trans ou travesti no país que mais mata essa população no mundo, é um desafio. Quebrar esse paradigma cotidianamente por meio do enfrentamento sistemático de todas as violências que sofremos é necessário, seja por meio de nosso acesso a ambientes que nos são negados, como é o caso da escola ou por qualquer outra situação que nos remeta a essa ruptura de paradigma estrutural. Dessa forma precisamos continuar firmes e fortes, juntas e sem dar um passo para trás.

Gostaria de, inicialmente, agradecer a minha mãe, D. Lourdes (em memória), por toda a luta travada diariamente para que as pessoas me respeitassem e por todo o amor que me deu. Por ter sido uma mulher à frente do seu tempo e se permitir entender toda a minha existência, enquanto mulher trans. Ela foi, é e sempre será a pessoa mais importante da minha vida, meu grande amor. Gratidão por tudo! Gratidão por ter me feito forte e por me fazer entender, sobre como a educação mudaria minha vida. Te amo!

Agradeço também as minhas queridas amigas: professora Luana Angelo, professora Silvinha Cavalleire e a professora Lucivânia Sousa, por terem se disponibilizado a contribuir contando sobre suas trajetórias cheias de luta, amor, empatia, por vezes sofrimento, mas acima de tudo com resiliência e participando ativamente enquanto sujeitas desse texto. E, por meio das narrativas delas, agradeço a todas as pesquisadoras trans e travestis, bem como a todas as mulheres trans e travestis do nosso Brasil, por continuarem lutando e tentando existir dia após dia.

Agradeço ao meu grande amigo, professor Samuel de Carvalho Lima, por toda a logística para que eu pudesse realizar o processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO, em Mossoró-RN e a querida professora Michelle Alencar, que juntamente com Samuel, abriram as portas da sua casa, para que eu pudesse me organizar, enquanto me estabelecia na cidade.

Agradeço a minha amiga, professora Agnaldo Costa Castelo e ao querido professor Francisco Roberto da Silva (Secretário de Educação de Itaitinga, à época), ambos meus superiores na Secretaria Municipal de Educação de Itaitinga/CE, por todo o apoio. Ao querido professor Gildázio Freire e a querida Secretária de Educação de Maranguape, professora Rejane Batista, por toda a sensibilidade e carinho, quando expus que havia passado no processo seletivo do mestrado. Por meio delas e deles, estendo todo o meu carinho a todas e todos minhas/meus colegas de trabalho em ambos os municípios. Gratidão por toda a confiança e força que em mim são depositadas.

Agradeço a todas e todos minhas/meus amigas e amigos, por sempre acreditarem no meu potencial, me ajudarem, me estimularem e serem a minha família e minha fortaleza.

Agradeço a professora Josélia Carvalho, por todo o acolhimento, carinho e empatia, e por meio dela estendo meus sinceros agradecimentos a todas as professoras e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO, por toda a dedicação e compromisso.

Agradeço aos queridos professores da banca examinadora, professor Samilo Takara e professor Emerson Augusto de Medeiros, pelas sugestões e contribuições pontuais, para que eu obtivesse êxito na escrita da minha pesquisa.

Agradeço, de forma bem especial, ao meu orientador, professor Francisco Vieira da Silva, por toda a sua contribuição para com a pesquisa sobre gênero e sexualidade, por todo carinho e compromisso. Querido Vieira, saiba que tenho um imenso carinho por você, gratidão por tudo!

“Todos esses conjuntos de demandas que fazem as travestis serem postas em uma segunda categoria de cidadãs... isso talvez seja o elemento carregador das minhas baterias para ir em frente e tentar vencer os desafios que me são impostos como afirmação”.

Janaína Dutra

Travesti – Advogada – Ativista Trans/travesti

“Gostaria de ser lembrada apenas como uma pessoa simples, lutadora, ativista e militante que vai ficar muito feliz quando as travestis e as trans forem respeitadas de forma plena”.

Thina Rodrigues

Travesti – Ativista Trans/travesti

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar como três docentes trans e travestis de diferentes áreas de ensino, da cidade de Fortaleza/CE, narram os seus percursos de êxito escolar e como essas trajetórias estão relacionadas com as práticas pedagógicas dessas profissionais da educação e as mudanças sociais no âmbito escolar. Para cumprir com esse objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: a) descrever como se construiu o percurso formativo de três professoras trans e travestis da cidade de Fortaleza/CE descrevendo os fatores que levam a exclusão/evasão de mulheres trans e travestis; b) identificar os desafios e estímulos que permeiam a trajetória escolar dessas docentes diante de um ciclo de práticas discriminatórias; c) relacionar as narrativas das trajetórias de êxito escolar das docentes com as práticas pedagógicas empreendidas por essas profissionais e as mudanças que elas causaram nas instituições que passaram. Por meio do embasamento teórico apresentado neste trabalho, é possível refletir sobre a vida escolar de trans e travestis seus fracassos e êxitos, suas estratégias e desenvolvimento para o sucesso escolar, que analisados, oferecem contribuições alusivas às experiências, visando intensificar o desenvolvimento de ações-reflexões-ações, como referências destacam-se: Louro (2001), Foucault (2010), Bento (2011), Butler (2003), dentre outros, com isso compõe-se a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa feita neste trabalho, outro momento da pesquisa foi a busca em campo utilizando-se de entrevistas com as professoras trans e travestis escolhidas. O texto procurou criar como base de análise todos os relatos que aqui foram apresentados, os quais nos deram uma possibilidade de entendimento de situações que potencializam o fracasso escolar e superação com o êxito dos/as sujeitos/as da pesquisa, bem como as possíveis formas de resistência e superação, trazendo para estudo a história de três mulheres trans e travestis professoras escolhidas pela diversidade nas áreas do conhecimento em que atuam (Matemática, Linguagens e Ciências Sociais e Humanas). A pesquisa alcançou seu objetivo ao permitir evidenciar as trajetórias reais de mulheres que viveram na pele toda a dificuldade com que os livros demonstram a vida de trans e travestis. O presente estudo enriquece a luta contra o preconceito e a exclusão, expondo com fatos reais o êxito por parte dessas mulheres por meio da docência, da educação.

Palavras-chave: Êxito escolar. Docência. Transexualidade. Travesti.

ABSTRACT

This research has as main objective to investigate how three transgender and transvestite teachers from different areas of education, in the city of Fortaleza/CE, narrate their school success paths and how these trajectories are related to the pedagogical practices of these education professionals and the changes social activities in the school environment. To fulfill this general objective, we developed the following specific objectives: a) to describe how the training course of three trans and transvestite teachers in the city of Fortaleza/CE was constructed, describing the factors that lead to the exclusion/avoidance of trans women and transvestites; b) identify the challenges and stimuli that permeate the school trajectory of these teachers in the face of a cycle of discriminatory practices; c) relate the narratives of the teachers' school success trajectories with the pedagogical practices undertaken by these professionals and the changes they caused in the institutions they passed through. Through the theoretical basis presented in this work, it is possible to reflect on the school life of trans and transvestites, their failures and successes, their strategies and development for school success, which analyzed, offer contributions alluding to the experiences, aiming to intensify the development of actions- reflections-actions, as references stand out: Louro (2001), Foucault (2010), Bento (2011), Butler (2003), among others, with this the bibliographic research is composed, with a qualitative approach made in this work, another moment of the research will be the field search using interviews with the chosen trans and transvestite teachers. The text seeks to create as a basis for analysis all the reports that will be presented here, which will give us a possibility of understanding situations that enhance school failure and overcoming with the success of the subjects of the research, as well as the possible ways of resistance and overcoming, bringing to study the history of three trans women and transvestites teachers chosen for their diversity in the areas of knowledge in which they work (Mathematics, Languages and Social and Human Sciences). The research achieved its objective by making it possible to highlight the real trajectories of women who have lived through all the difficulties with which books show the life of trans and transvestites. The present study enriches the fight against prejudice and exclusion, exposing with real facts the success of these women through teaching and education.

Key – words: School success. teaching. transsexuality. travestite

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: QUADRO SÍNTESE COM PERFIL DAS ENTREVISTADAS	31
FIGURA 2: MAPA DAS COTAS TRANS NO BRASIL	35
FIGURA 3: USO DO NOME SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
DCE	Diretório Central de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
FATENE	Faculdade Terra Nordeste
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações e identidades de gênero dissidentes.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REDETRANS	Rede Nacional de Pessoas Trans e Travestis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	28
3 ENTRE O ÊXITO E O FRACASSO: ABORDANDO OS DETERMINISMOS	32
3.1 A difícil relação cartesiana entre êxito e fracasso na escolaridade de pessoas trans e travestis	32
3.2 A transexualidade/travestilidade e a educação: um caminho possível e de direito	39
4 RESSIGNIFICANDO A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO: relatos de professoras trans e travestis	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	87

1 INTRODUÇÃO

A escola sempre foi lugar de lutas e conquistas de direitos, sejam coletivas ou individuais. Há estudantes que travam verdadeiras guerrilhas durante toda sua vida escolar, algumas destas são marcadas com bastante sofrimento, pois os julgamentos da sociedade adentram o âmbito escolar e aqueles/as que saem dos padrões impostos são visto/as e tratados/as de forma violenta e pouco amistosa. Para os/as sujeitos/as trans e travestis, a realidade não é diferente, pois existe o que Daniel Borrillo chamou de heterossexismo:

O padrão com o qual todas as outras sexualidades devem ser comparadas e medidas. É essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - que constitui uma forma específica de dominação chamada heterossexismo. Este pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior. Todas as outras formas são qualificadas, na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2009, p. 25).

Com a maior visibilidade de expressões corporais de gênero e sexualidade hoje conhecidas, é necessário ainda mais cuidado para não estereotipar ou estigmatizar pessoas e suas diversas vivências.

Neste estudo, as travestis e as pessoas trans estão em foco, desta forma, podemos compreender que, mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem e travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino (JESUS, p. 15, 2012). Embora possamos utilizar esse exemplo para elucidar a expressão dessas possibilidades de identidade, na contemporaneidade podemos visualizar uma maior diversidade desses entendimentos. Comumente, classificam-se os/as transexuais como pessoas que possuem a esperança de modificar as características físicas do sexo (JOHNSON, 2010).

A educação, a transexualidade e a travestilidade são temáticas que precisam andar de mãos dadas, a fim de ajudar a dirimir estes sofrimentos dos/as que são vistos como fora dos padrões, ou aqueles/as que quebram as

regras, mas é sabido que ainda há muito a ser conquistado, pois os temas gênero e sexualidade por si só provocam muitas discussões e preconceitos. Foucault (1970) fala na necessidade e no cuidado ao expressar-se, considerando os vários níveis da sociedade e, para ele, todos os profissionais devem estar preparados antes de falar sobre algum assunto. Nesse sentido, pode-se perceber que o silenciamento das questões sobre gênero e sexualidade ocorre pela falta de conhecimento dos que deveriam debatê-la.

O mesmo autor fala que existem regiões e cita a sexualidade como uma delas, onde “as grades são mais cerradas, os buracos negros se multiplicam, são regiões da sexualidade e da política” (FOUCAULT, 1970, p. 9). Como aborda o autor, o discurso sobre esse tema aparece “[...] como elemento transparente ou neutro no qual se desarma a sexualidade” (FOUCAULT, 1970, p. 9). Cresce, então, a partir desta negligência de discussão o universo de retaliação, de *bullying*, de medos e de anseios de toda ordem.

O ambiente escolar sempre foi carente de pessoas trans e travestis, porque predominam até hoje padrões cis-heteronormativos e a emergência de profissionais trans e travestis é uma realidade pouco conhecida atualmente, embora a sociedade venha passando por mudanças culturais, de crenças e atitudes. Estudos de Almeida e Vasconcellos (2018) relatam que uma das barreiras para o ingresso no mercado de trabalho para pessoas trans e travestis, por exemplo, é a utilização e o respeito ao nome social, direito ainda tão regado de preconceitos e por vezes negado. “Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero-definido pela dicotomia convencional homem/ mulher cis. (ADELMAN, 2003, p. 83-84).

Tal fato não diz respeito à falta de afinidade destas pessoas como profissionais da educação, ou outras profissões, mas, sim, revela a inexistência de oportunidade, encurtando ainda mais as possibilidades de êxito para estas pessoas. De acordo com dados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 2019, realizados pelo Presidente da comissão da diversidade sexual da OAB, as agressões sofridas por estudantes trans e travestis ocorrem diariamente e são assim, em sua maioria, geradoras de evasão/expulsão escolar involuntária e abandono dos espaços escolares.

Por isso, gostaria aqui de apresentar a leitores e leitoras desta pesquisa relatos e reflexões da minha própria trajetória, testemunhando em primeira pessoa uma carreira de êxito e superação de uma mulher trans, dentre tantas histórias de fracasso.

Como a maioria das histórias, tudo começa na infância e na escola, onde aprendi a conviver com as dificuldades e a entender que as regras morais são muito piores e rigorosas que as regras escritas no papel. Logo na infância, na cidade que moro e sempre morei, Pacatuba, no Estado do Ceará¹, percebia-me mulher, muito embora para a época, em meados de 1993, o fato de se identificar como menina trans fosse algo bem muito distante do que se discute atualmente. Mas desde sempre me reconheci mulher e, em consequência disso, sofri bastante com a transfobia no âmbito escolar como em todos os ambientes da sociedade.

Lembro bem que os termos que utilizamos hoje (mulher trans, travesti) não eram usuais no alvorecer dos anos de 1990. Ainda assim, cercada por várias violências cotidianas, sempre busquei me interessar pelos estudos, até porque era um desejo, quase uma regra para minha mãe, que era a chefe da família (no caso, na família, éramos só nós duas), e todos os dias repetia o mantra “não tenho nada para te dar, o que posso é fazer com que você seja alguém na vida com os estudos”. E, sempre que eu apresentava algum comportamento rebelde no que dizia respeito a ir à escola, ela me dizia isso. Confesso que, por muitas vezes, sentia vontade de não ir à escola, seja pela transfobia que era recorrente, seja por realmente não querer ir, pois assim como toda criança/adolescente também, tiveram momentos em que não me interessava em ir. Porém, minha mãe sempre foi “dura na queda”, me fazia levantar, eu tomava banho, lanchava a “bananada” diária e seguia o trajeto até a escola. Acredito que foi toda essa dedicação e esse zelo que me fizeram “tomar gosto” pela educação.

Os livros didáticos me fascinavam e, sempre que eu podia, solicitava para a diretora, vice-diretora ou para as minhas professoras livros para mim. Em casa, ia montando uma pequena biblioteca só com esses materiais. Com o passar dos tempos, comecei a achar incrível a forma como minhas professoras

¹ O município de Pacatuba possui aproximadamente 83 mil habitantes e se localiza a 238 km da capital Fortaleza.

davam aula, como elas explicavam o conteúdo, como apresentavam as atividades, a organização que tinham na sala; tudo me encantava. Dentro deste universo da leitura e da sala de aula, vi possibilidades nascerem para mim.

Certo dia, lembro bem, após ter juntado muitos livros didáticos, de diferentes disciplinas, dentre as quais alguns livros de Matemática já me chamavam atenção, resolvi fazer uma “escolinha”. Juntava todas as meninas e os meninos da rua, colocava os tijolos em frente à minha casa, pegava os livros que eu já tinha e começava a dar aula. Era tudo tão legal, recordo que esta era a diversão que tínhamos, além das brincadeiras de bola, ou bolinha de gude e de esconde-esconde. Começávamos às 18h e só terminávamos às 21h e eu era professora “caxias”. Isso era feito todos os dias de segunda a sexta-feira. Então, percebi como eu me sentia realizada.

A cada dia, fui construindo minha identidade e subjetividade sempre com a ideia de que ser professora era meu desejo para o futuro. Recordo que, quando passei para a 5ª série (atual 6º ano), já na pré-adolescência, onde nossas sensações tirar estão fervilhando, procurei focar na ideia de que seria professora e, para isso, eu precisaria superar todas as formas de preconceito, discriminações de todas as partes. Porém, sem desistir, do contrário, isso fortalecia-me enquanto estudante tentando ser a melhor em tudo que fazia, para que as pessoas não pudessem me apontar e me julgar por conta da minha identidade de gênero, e isso me acompanhou por muito tempo, acredito que ainda perpassa inconscientemente até hoje.

Na 5ª série (atual 6º ano), estudávamos pelo sistema de telensino e assistíamos às aulas gravadas pela emissora do estado TVCE e nossa professora era chamada de orientadora de aprendizagem. E como me recordo da 5ª série! Foi nela que, por conta de uma licença para tratamento de saúde da minha então professora Natividade, que comecei a incorporar a profissão. Estávamos sem professora e, se não estou enganada, foram em torno de cinco meses sem definição. Nessas idas para escola e, conseqüentemente voltas para casa por não haver aula, eu e meus/minhas amigos/as tivemos a ideia de assistir às aulas que passavam e já havia horários e dias certos e nesse sentido cada um/a de nós ajudava uns/umas aos outros/as. Eu me empenhava o máximo quando era o meu dia de “dar aula” (mediação), estudava em casa, fazia

marcação das páginas, tudo para internalizar o papel do meu sonho. Daí em diante, sempre que faltava algum/a professor/a sempre meus/minhas colegas pediam para eu escrever na lousa a atividade do dia.

Quando eu estava na 7ª série (8º ano), nos meus treze anos, com todos os sintomas da adolescência fervilhando, hormônios a flor da pele, descobertas a cada dia mais complexas (para a época), conflitos por conta de inúmeras situações, que corriqueiramente tiravam minha paz, e potencializavam minhas emoções e eu estava apenas no início de um percurso que seria muito difícil, mas que com força de vontade iria vencer etapa por etapa. Ainda assim, com todas essas situações adversas, eu continuava sonhando, sonhando alto, sonhando com a docência.

Lembro que na minha rua tinha uma creche. Certo dia, levantei-me cedo e disse para minha mãe: “vou lá na creche ajudar as professoras, mãe” e assim fui. Cheguei lá, entrei e em seguida me dirigi ao setor em que ficava a secretaria. Algumas das professoras já me conheciam e, quando consegui localizá-las, indaguei: “tia, quero ficar aqui ajudando vocês, eu posso?” Elas se entreolharam e disseram “Fica aqui com a gente”, e, de imediato, fui me abancando. Recordo que a primeira tarefa foi rodar as “tarefinhas” dos/as alunos/as no mimeógrafo, como o cheirinho era bom, rodei muitas atividades nesse dia. Logo que terminou a aula, fui correndo para casa pois na época estudava no turno da tarde.

No outro dia, lá estava eu de novo na creche. Iniciei o dia ajudando uma professora com a organização das agendas. Em um determinado momento, na hora do intervalo, a diretora chegou próximo de mim, apresentou-se (no dia anterior, ela não estava na escola), perguntou o que eu estava fazendo ali e afirmei disse: “tô aqui ajudando”, continuei por lá novamente até o final da aula. Próximo das dez e meia (horário que as mães iam buscar seus/suas filhos/as), a diretora se aproximou novamente de mim e disse o seguinte: “você está vindo desde ontem, né?! Você estuda?!”, eu respondi: “sim!”, então ela falou: “se você puder ficar vindo no horário que não esteja na escola, para ajudar as meninas, te dou R\$ 30,00 por mês”. Não pensei duas vezes, disse “sim” e daí para frente fiquei indo todos os dias pela manhã para ajudá-la.

Durante esse período na creche, observava deveras a rotina de trabalho das professoras, aprendi muito com essa convivência e ela foi essencial para a

construção da minha conduta profissional. Dia após dia, realizando tarefas pontuais de uma escola e desenvolvendo um bom trabalho, tive a oportunidade de ficar ajudando uma professora mais de perto, na turma do maternal. Professora Karla, era assim que ela se chamava. Cuidadosa, atenciosa, alegre, cuidava das crianças com três anos de idade como se fossem seus/suas próprios/as filhos/as. Acompanhando a rotina dela, pude aprender a organizar os cadernos e as agendas dos/as alunos/as, auxiliava também na hora da distribuição do lanche, levando-os/as ao banheiro, organizando a fila para a entrada e saída da sala, posição das cadeiras na sala, era tudo muito incrível para mim que cada dia mais amava essa realidade.

Auxiliei nas tarefas da creche por dois anos, entre 2000 e 2001, o tempo que estava concluindo o Ensino Fundamental. Esse período foi de constantes incertezas referentes à descoberta da minha identidade de gênero e de mudanças no meu corpo que não me faziam bem. Mas, ainda assim, em meio a todas essas transformações, foi um período potencialmente importante para a minha trajetória.

Por falar em conclusão do Ensino Fundamental, essa foi uma parte da minha história que causou grandes angústias, pois para festejar a conclusão, pela vivência social que muitas pessoas têm, não raro, são realizadas festas de conclusão de curso. Lembro bem que sempre sonhei com esse momento também, porém quando refletia sobre as vestimentas e sobre uma suposta madrinha que me era empregada por conta do baile dos formandos, ficava muito pensativa e receosa. Recordo que eu e minhas amigas de sala (sempre tive muita amizade com as meninas), durante todo o ano de 2001, ano que cursei a 8ª série (9º ano), fizemos vendas, realizamos bingos, rifas etc. tudo em prol de juntar dinheiro para nossa tão sonhada festa. A minha turma da 8ª série era a mesma desde a 6ª série, éramos muito unidos/as, e desde essa época inicial que já planejávamos esse grande dia, mas por todo esse contexto, foi um momento muito importante, porém constrangedor, por não estar dentro do que se esperava naquele momento para mim, é tanto que não tenho nenhuma foto do evento.

No Ensino Médio, com o passar dos anos, fui construindo minha identidade e me autoafirmando como mulher trans. Assim como no Ensino

Fundamental, não foi fácil, mas sempre tendo como objetivo concluir meus estudos, enfrentei todas as barreiras impostas e segui. Lembro bem que algumas das principais problemáticas da minha vivência nessa etapa foi a utilização do meu nome social (que à época nem existia na forma de lei) e o banheiro. Acredito que não só para mim, mas inúmeras pessoas trans e travestis passaram por questões dessa natureza, pois o constrangimento integra a rotina na escola.

Com relação ao nome social, nunca foi de fato algo consolidado, lembro bem que só quem me chamava por ele eram meus/minhas amigas/os mais íntimos/as. Eu ficava muito feliz quando era chamada pelo nome feminino, era como se eu pudesse crescer enquanto ser humano, quando ouvia. Acredito que temos muitas formas de sermos respeitadas, mas respeitar o nome é imprescindível.

Mas para além do nome, nós que vivemos esta realidade temos um grande entrave que por muito tempo nos causou desconforto (e ainda nos causa) dentro do ambiente escolar, que é a utilização do banheiro. Lembro que à época (2002-2004), sequer tínhamos as discussões sobre identidade de gênero dentro do ambiente escolar, quem dirá uma pessoa trans usar o banheiro ao qual é correspondente ao seu gênero. Era bem complicado, porque eu entrava na escola às 7h da manhã e ficava até 11h45 sem ir ao banheiro, pois tinha receio de usar o masculino, por não me entender enquanto pertencente aquele espaço e não usava o feminino, pois tinha muito medo das atitudes que as meninas teriam ao me ver entrando nele (mesmo já com muitas características ditas femininas).

Após todos os desafios da minha trajetória na Educação Básica, que não foram poucos, e com toda a dedicação de sempre, ao término do 3º ano do Ensino Médio, prestei vestibular para a Universidade Federal do Ceará. Lembro que por sermos de um grupo só de meninas à época, resolvemos tentar entrar na universidade no mesmo curso: Engenharia de Alimentos. Aí veio o questionamento: mas você não queria ser professora? Queria e quis, porém por sermos muito próximas resolvemos fazer juntas.

Inscrevemos, estudamos e passamos, recordo que passei numa colocação muito boa, minhas amigas também passaram, foi só alegria este ano. Porém, durante o processo de informações sobre o curso, descobri que o mesmo

era diurno e, pelo fato de na época está trabalhando, não poderia assumir a tão sonhada vaga. Na mesma época, também tinha realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que disponibilizava bolsas de estudo em universidades privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Fui selecionada, por meio da minha nota, para uma bolsa integral no curso de Administração de Finanças, numa faculdade privada de Fortaleza. O curso superior era meu sonho e, muito embora ainda não tivesse sido para uma licenciatura, por conta dos contextos da minha trajetória, estar naquele ambiente me dava ainda mais motivos para seguir. Iniciei o curso e, mesmo sem retificação do nome de registro civil, sem utilização do nome social (pois na época não se tinha legislação específica), prossegui.

Recordo que as emoções eram uma linha tênue entre a felicidade e o medo, pois todos os dias de início de cada semestre tinha que procurar professor/a por professor/a para pedir que me chamassem pelo meu nome social. Alguns escutavam e acolhiam numa boa, outros já eram mais resistentes, mas com o passar dos dias e com a intimidade do tempo, essas barreiras diárias foram estreitadas.

Quase na finalização do curso, quando eu pensava que todos/as já entendiam sobre a importância de respeito o/a próximo/a, principalmente dentro dos ambientes de aprendizagem, fui surpreendida por um diálogo com a coordenadora do meu curso a qual solicitou que eu parasse de usar o banheiro feminino, pois algumas “senhoras” tinham se incomodado por eu estar nesse espaço, que era de uso feminino e coletivo, porém cada box tinha sua porta e a única coisa que usávamos em comum era a pia e o espelho. Aquele momento, para mim, foi impactante, fiquei muito sentida e chorei muito. A coordenadora solicitou que usasse o banheiro dos/as professores/as, *a priori*, usei por não acreditar não ter outra alternativa, mas com o passar dos dias e, após ter muitas conversas com alguns/as profissionais, retornei a usar o banheiro das alunas.

Como estava próximo da conclusão, adiantei algumas disciplinas e finalizei o curso, que, para mim, naquele momento já tinha se tornado desagradável. Colei grau, fiz a festa de formatura respeitando minha identidade de gênero e, assim, concluí esse ciclo, que para mim foi muito importante, mas que ao final trouxe esse grande desgaste. Após este primeiro curso, e com a

mesma vontade ainda de ser professora que eu tinha desde a infância, ingressei como graduada na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no curso de Licenciatura em Matemática, escolhi o curso pois minha primeira graduação foi em Administração com ênfase em finanças (como citado anteriormente), nesse sentido passei muito tempo estudando os números, as formas de cálculos, regras e etc. e isso me fascinou, também acabei fazendo aproveitamento de algumas disciplinas do curso anterior. Assim sendo, como queria ser professora, uni o útil ao agradável. Foram momentos mais tranquilos e onde minha identidade de gênero foi bem mais respeitada, muito embora o curso fosse majoritariamente composto por sujeitos ditos homens. Acredito que nesta segunda graduação, mas a primeira iniciando a carreira de docente, o que me ajudou a lidar com este ambiente tão povoado por homens foi o fato de já termos uma legislação específica no âmbito estadual sobre respeito ao uso do nome social e quanto ao uso do banheiro.

Como não descansei (e nem descanso) continuei meu percurso formativo, fazendo algumas especializações: em Gestão Escolar e em outro curso que é muito importante para a construção da minha identidade, que foi em Gênero e Diversidade na Escola. Após isso, continuei me qualificando e objetivando melhorar minha prática pedagógica que foi, é e sempre será pautada na disseminação de contextos positivos para a promoção dos direitos da população LGBT, em especial, a população de pessoas trans e travestis.

Mesmo com todos esses motivos para não seguir, continuava com o objetivo fixo de concluir meus estudos e entrar na faculdade, por muitas vezes esmorecia, mas lembrava de todos os motivos que me levaram a chegar até ali, das vezes que minha mãe falava que só tinha minha educação para deixar herança, esse era o meu mantra de enfrentamento a todas as formas de preconceito. Foquei em dar o meu melhor e por meio disso fazer com que as pessoas me vissem para além da minha identidade de gênero, mas, sim, como aluna dedicada e que queria aprender mais e mais. Além de tudo, que me vissem como ser humano igual a todos os outros que lá estavam. Essa dedicação me rendeu muitas oportunidades de me desenvolver enquanto mulher.

Tive a oportunidade de realizar alguns concursos públicos, após anos me dedicando enquanto professora substituta, em diversos municípios da região

metropolitana de Fortaleza. Obtive êxito em diversos, dentre os quais destaco o de professora do município de Itaitinga/CE (2015) que estou até hoje e pude exercer funções de formadora de professores/as de matemática (2016-2019), de diretora geral de uma escola de Anos Finais do Ensino Fundamental, na escola Lídia Alves Cavalcante (2020) e Coordenadora de Ensino – Anos Finais desta mesma rede de ensino.

Até o momento foram momentos de muita troca de experiências, momentos que foram difíceis para todas/os, pois esta geração nunca tinha passado por uma situação de pandemia, tentei fazer com que as relações, antes tão fragilizadas por conta da ausência de respeito recíprocas na relação aluno/a-professor/a fossem recuperadas, mesmo que de forma remota. Paralelamente à aprovação de Itaitinga, também fiz concurso para o município de Maranguape/CE (2016), onde atuo como professora de Matemática das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Durante todo esse percurso e já com o pensamento fixo de seguir na docência fui desenhando minha trajetória enquanto professora e alcançando meus objetivos como pessoa e mulher trans em nosso país. Foram anos com momentos em que sempre precisei conquistar meu espaço independentemente de onde chegasse, pois, a vida de pessoas que se expressam de maneiras diferentes (que possua qualquer marcador social) é sempre mais debatida, tive que lidar com os temas gênero e sexualidade, e sempre busquei articular essa temática a minha prática pedagógica. Normalmente, sempre há uma explicação anterior ou uma tentativa de entender minha identidade de gênero antes de conhecer a profissional que sou.

Busquei o equilíbrio entre tornar-me uma mulher trans e a ascensão em minha carreira como professora, muitas vezes precisando comprovar minhas competências e habilidades, para não ser deslegitimada, mas não desisti e sei que minha presença nas escolas por onde passo traz mudanças significativas para cada ambiente e cada pessoa com quem convivo. Esse penúltimo desafio foi bem impactante, de ser diretora da escola citada anteriormente, primeiro pelo motivo no qual eu fui indicada para ir à escola, que era localizada numa área de extrema vulnerabilidade social e cheia de denúncia de casos de transfobia por parte de alguns membros da gestão anterior.

Desta maneira, não poderia pensar em outro tema de pesquisa que pudesse representar toda minha vida, pois, além de contá-la, posso problematizar e compreender ainda mais os aspectos que tramitam neste universo de professoras trans e travestis que obtiveram êxito em suas trajetórias escolares. Como pesquisadora e educadora matemática, reconheço a necessidade de vivenciar os relatos de outras professoras que assumiram suas identidades e aprofundar-me na temática que está incrustada em mim e tanto me inspira.

As questões sobre sexualidade, transexualidade/travestilidade, educação, gênero e todas as intersecções que orientam esta temática não eram comuns no meu tempo de estudante. A crescente discussão sobre as temáticas descritas produz pesquisas que, embora já existam com mais frequência, ainda são pequenas para um contexto tão amplo e que precisa ser profundamente estudado. A ausência de pesquisas nessa área também cooperou para minha escolha. Focando ainda mais na questão êxito escolar das docentes e em suas trajetórias enquanto professoras trans e travestis, é pontual refletirmos sobre as causas que levam a cada um desses motivos, no sentido de promover alguma ação visando superar as dificuldades apresentadas no contexto educacional e o bom desempenho e aprendizado dos/as alunos/as diante dos conteúdos apresentados. É necessário problematizar o fracasso escolar sob uma ótica amplificada, pois poucos são os estudos realizados focando no êxito escolar de trans e travestis, de acordo ponderações feitas e especificadas no capítulo de metodologia. Entendendo que o fracasso escolar se trata de um conjunto de fatores, não devemos correr o risco de atribuí-lo a determinados atores sociais, isoladamente. Enfrentei muitas barreiras para chegar onde cheguei. Felizmente cheguei e aqui estou, porém, essa não é a realidade da maioria das pessoas trans e travestis.

Algumas pesquisas trazem ponderações sobre o fracasso escolar e suas causas, caracterizado seus vários motivos. Elencamos aqui alguns desses estudos (ABREU, 2013; QUADROS, QUADROS; SANTANA, 2015; SANTO, 2014), os quais apontam que constantemente ele é associado às deficiências individuais de cada aluno/a, sejam elas físicas, que dizem respeito a inúmeras questões particulares de seu organismo e que de alguma maneira refletem em

sua aprendizagem, como o retardo mental, a hiperatividade, os déficits de atenção, ou seja, as singularidades de cada indivíduo no que se refere à classe social, cultura e renda, não encontrando perfis de estudos que foquem nas questões de sexualidade e gênero tão presentes nas escolas e que são fundamentais, dependendo de como cada um lida com isso, para o crescimento ou mesmo a desistência dos alunos/as no decorrer de suas vidas escolares.

Ao mesmo que é preciso ampliar os fatores que antigamente vinham sendo apontados como únicos causadores, pois a vida atual demonstra muito mais situações que influenciam na vida do aluno/a mesmo que todos culminem para as práticas de *bullying*, violências ou exclusões, todos resultam da falta de receptividade para a variedade de expressões e de pessoas encontradas hoje dentro das salas de aula, de maneira que esta percepção precisa ser corrigida.

Essa emergência da visualização das diferenças nos ambientes educativos formais reflete diretamente na presença de professoras/es trans e travestis e de pessoas que rompem a cis-heteronormatividade em várias áreas da sociedade, trazem a preocupação em entender e reconhecer as alterações sociais na naturalização dos diversos contextos. Sabe-se que o ambiente escolar é pouco povoado por travestis e pessoas trans, como confirma Peres (2009). Na escola, os discursos se situam na falta de menções à diversidade sexual nos materiais didáticos (LIONÇO; DINIZ, 2009) e nos currículos (LOURO, 2001). A maioria dos estudos são voltados para a sexualidade e o gênero de forma ampla e abordam a heteronormatividade como problema, pois é possível encontrar em diversos autores o termo transfobia como próprio Peres (2009), Furlani (2011), dentre outros.

Existem trabalhos como de Carvalho (2011), Pelúcio (2006) que abordam a transexualidade e a militância ousada de trans e travestis para alcançarem seu espaço; entretanto, estes estudos são amplos e não aprofundaram nos relatos de profissionais trans e travestis em relação às suas trajetórias escolares. Nos escritos sobre gênero de Butler (1999; 2006; 2010), são muitas abordagens de forma amplificada. Todavia, com a presença de professoras trans e travestis cresce, a necessidade de estudos aprofundados, que tragam, quando possível, o relato de dessas pessoas e suas lutas diárias

para criar uma rede de conhecimento que ajude na compreensão e discussão de dispositivos eficazes contra o preconceito.

Para além da necessidade acadêmica de dar visibilidade destes temas para as salas de aula, é preciso contar com a difusão da normalidade da existência de pessoas trans e travestis em quaisquer lugares da sociedade sem que sejam vistas como pessoas inferiores ou sem condições de exercer um papel profissional como qualquer outro ser humano. O Brasil, pelo décimo quarto ano consecutivo, é o país que mais mata pessoas trans e travestis de acordo com dados mostrados pelo novo relatório produzido através do Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais (2022), da Associação Nacional de Mulheres Trans e Travestis – ANTRA, que incorpora uma triste característica do Brasil, que ocupa o primeiro lugar no ranking mundial como o país que mais mata essa população – somente em 2021 foram, pelo menos, 140 casos, bem como pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ em 2022. O fato é que no Brasil em relação a todo o resto do planeta é o local mais perigoso para lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis ou quaisquer pessoas que não se identificam com o padrão cis-heteronormativo. Segundo o relatório de 2021 do Grupo Gay da Bahia, 300 (trezentos) LGBTI+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBTI+ são assassinados: uma morte a cada 29 horas. Desta forma a discriminação e o preconceito são muitas vezes velados, mas existem da pior forma, e muitos/as são condenados/as a viverem escondidos/as ou escondendo sua orientação sexual.

É inegável que a presença de travestis e pessoas trans seja muito maior na atualidade, através de muitas lutas, o território por essas sujeitas/os ocupado foi sendo ampliado dentro da sociedade. Na escola, porém há a grande preocupação com a evasão/expulsão escolar e conhecer os meios de erradicá-la é fundamental. Assim, esta pesquisa constitui uma essencial participação na busca por este objetivo político, social e pessoal de cada sujeito/a, mostrando as pessoas que se encontram na mesma situação que podem sim desenvolver um futuro com dignidade e com acesso a direitos que são de todas as pessoas.

A necessidade de dar visibilidade a trajetórias bem-sucedidas de sujeitos/as que estão fadados/as à exclusão/expulsão escolar, visando demonstrar que ainda que sejam poucos/as, os/as que conseguem lograr êxito profissional existem e que a existência de pessoas que estão nas mesmas condições pode ser vistas como exemplos de representatividade para potenciais situações de sucesso em suas vidas. Mesmo sabendo que a sociedade não deveria discriminar pela forma de vestir-se, de se identificar, de falar ou qualquer maneira discriminatória, especificamente de pessoas trans e travestis, assim como as sujeitas desta pesquisa. Quanto mais a sociedade souber e compreender que pessoas trans e travestis podem estar em quaisquer lugares da sociedade, melhor elas serão tratadas dentro de seus direitos e deveres como cidadãs.

Este trabalho e outros que possam se unir a ele tornam-se fundamentais diante da ideia de que a presença de pessoas trans e travestis nos espaços de convivência social, de trabalho, de aprendizagem, de decisões políticas e sociais pode ajudar a desmitificar a ideia errônea de que elas só têm como futuro a prostituição, evidente, desmitificando como única possibilidade de existência, mas como uma das, se assim quiserem.

Diante destes argumentos levantados em um debate tão complexo, elaboramos as seguintes questões de pesquisa: como professoras trans e travestis da cidade de Fortaleza/CE narram os seus percursos de êxito escolar? A partir disso, houve o interesse em entrevistar e conhecer histórias de professoras que possam nos mostrar suas realidades lecionando e sendo reconhecidas como trans e travestis. Dessa questão orientadora, emergem as questões mais específicas, a saber: Como se deu o percurso formativo até a conclusão do Ensino Superior diante das normas de gênero e sexualidade impostas desde a escola? Quais os desafios e estímulos permearam esse percurso? Como as trajetórias de êxito escolar dessas docentes relacionam-se com as suas práticas pedagógicas e com as possibilidades de mudanças na sociedade por meio da escola?

Todas as questões trazidas neste texto refletem as diversas maneiras de exclusão/expulsão que a população trans/travesti sofre em decorrência das performances de suas identidades de gênero e decorrentes de uma sociedade

estruturada na cis-heteronormatividade e no machismo, que querem moldar os/as sujeitos/as que vivenciam suas diferenças e quebram todos os padrões impostos.

Com a perspectiva de apresentar as trajetórias de êxito de professoras trans e travestis contrapondo-se ao roteiro habitual da evasão escolar e aliando-se a tudo que ocorre atualmente de desconstrução de preconceitos e reconstrução de imagens, culturas, percepções acerca desta população é que a pesquisa tem como objetivo principal investigar como três docentes trans e travestis de diferentes áreas de ensino, da cidade de Fortaleza/CE narram os seus percursos de êxito escolar e como essas trajetórias estão relacionadas com as práticas pedagógicas dessas profissionais da educação e as mudanças sociais no âmbito escolar. Para cumprir com esse objetivo geral, confeccionamos os seguintes objetivos específicos: a) descrever como se construiu o percurso formativo das três professoras trans e travestis da cidade de Fortaleza/CE pontuando os fatores que levam a exclusão/evasão escolar de mulheres trans e travestis; b) identificar os desafios e estímulos que permeiam a trajetória escolar dessas docentes diante de um ciclo de práticas discriminatórias; c) relacionar as narrativas das trajetórias de êxito escolar das docentes com as práticas pedagógicas empreendidas por essas profissionais e as mudanças que elas causaram nas instituições que passaram.

Procurando criar como base de análise todos os relatos que aqui serão apresentados, os quais nos darão uma possibilidade de entendimento de situações que potencializam o fracasso escolar e superação com o êxito das sujeitas da pesquisa, bem como as possíveis formas de resistência e superação, trazendo para estudo a história de três mulheres trans e travestis professoras escolhidas pela diversidade nas áreas do conhecimento em que atuam nas áreas de Matemática, Linguagens e Ciências Sociais e Humanas.

As docentes, através de entrevistas semi-estruturadas, descreveram suas trajetórias de êxito escolar, com o intuito de podermos conhecer mais sobre como vivem, o que sentem, suas falas, comportamentos, exclusões e violências vivenciadas e todas as formas de segregação que essas pessoas sofreram/sofrem e ainda assim dentro de todo o cenário formado para um a

situação de fracasso escolar, elas se mantêm firmes e se propõem a enfrentar todos esses obstáculos.

Por meio do embasamento teórico apresentado neste trabalho, é possível refletir a vida escolar de pessoas trans e travestis seus possíveis entendimentos de fracassos e êxitos, suas estratégias e desenvolvimento para o sucesso escolar, que analisados, oferecem contribuições alusivas às experiências, visando intensificar o desenvolvimento de ações-reflexões-ações. Como referências, destacam-se: Louro (2001), Foucault (2010), Bento (2011), Butler (2003), dentre outros/as.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, primeiro é a introdução, que define o direcionamento do trabalho, traz as justificativas pessoais, acadêmicas e sociais que orientaram o estudo e a necessidade de aprofundamento, buscando não somente o entendimento sobre o tema, mas a promoção de cidadania para os docentes trans e travestis. A seção contempla os relatos sobre o universo em que vivi e um pouco da minha trajetória como mulher trans por meio da educação.

No segundo capítulo, temos a explicação da metodologia utilizada no presente trabalho, detalhando as questões da pesquisa como uma sequência de ações usadas para desenvolvê-la, bem como os critérios utilizados para a escolha das professoras, as características da pesquisa, culminando na análise dos dados (no último capítulo) por meio das entrevistadas semiestruturadas que auxiliaram na construção do perfil das sujeitas da pesquisa. A metodologia de pesquisa de campo permitiu ampliar o panorama do cenário de fracassos escolares evitando restringir-se apenas aos já conhecidos motivos para tal. Os roteiros das entrevistas conduzem a pesquisa para o foco nos acontecimentos, ressaltando as ocorrências que tragam grande ganho ao estudo aumentando o campo de visão no que se refere ao êxito profissional de professoras mulheres trans e travestis.

No terceiro capítulo, começamos a contextualizando entre a trajetória do fracasso e êxito escolar, em que abordamos as formas que levam ao fracasso escolar de pessoas trans e travestis e as dificuldades ao sucesso. Assim, explora-se a linha tênue entre o sucesso e o fracasso em meio aos determinismos que são impostos desde que nascem. Destacam-se ainda os

conceitos importantes levantados das pesquisas bibliográficas, sobre sexualidade, gênero, transexualidade, travestilidade, na perspectiva de vários autores/as despertando para as contradições e nuances que este tema tão complexo e profundo pode nos trazer.

Ainda no terceiro capítulo, procura-se discutir o processo de enfrentamento das dificuldades relacionadas ao preconceito e discriminação de pessoas LGBTQI+, em especial pessoas trans e travestis, desde suas transformações como profissionais da educação, a delicadeza do simples fato de existirem ser uma forma de resistir ao que lhes é imposto. Um capítulo importante para compreender o universo muitas vezes inóspito em que surgem profissionais bem-sucedidas e as mudanças que podem acarretar dentro de uma comunidade inteira através da representatividade.

O quarto capítulo traz os relatos de professoras mulheres trans e travestis acerca de suas trajetórias de êxito escolar, abordando desde o momento em que apresentam suas identidades para a sociedade, a forma como foram recebidas em seus ambientes de trabalho, as relações entre professores/as, gestão e alunos/as, além das questões diversas, respeito ao nome, e outras demandas advindas das entrevistas. Sabemos que as histórias aqui trazidas são de êxito, mas para alcançar tal passo foi preciso lutar, e estes relatos vem enriquecer de forma inimaginável a imagem do papel de professoras trans e travestis na Educação.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão conectados como uma sequência de ações para o desenvolvimento desta pesquisa, iniciando com a escolha do tema e linha de pesquisa. Nesse sentido, foi realizada a pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa procurando intensificar as análises sobre os discursos como uma espécie de reflexividade sobre eles, de forma que os elementos identificados como obstáculos ao problema sejam abordados a ponto de sugerir-se resoluções juntamente com as ideias das entrevistadas, identificando problemas de cunho social e aspectos particulares de questões levantadas na pesquisa. Além de buscar a reflexão crítica sobre as análises a

fim de gerar uma ruptura social das situações de opressão, preconceitos a serem relatadas. O objetivo é apresentar a metodologia explicada com objetividade, o desenvolver da pesquisa de campo, aliada a pesquisa em periódicos científicos e trabalhos acadêmicos chegando ao resultado do trabalho.

Partindo de aspectos característicos do que foi dito por Resende e Ramalho (2006), com princípios de abordagem metodológica para estudos em que se trata de análises de discursos envoltos não apenas no relatado, mas pautados em toda a sua contextualização contemporânea. Nesse viés, os documentos foram analisados sob uma abordagem qualitativa em que vamos ao encontro de Flick (2002), ao refletir a ideia de que se trata da “análise de experiências de indivíduos ou grupos, que podem estar relacionadas a histórias bibliográficas ou práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relato e histórias do dia a dia”.

Com intuito de visualizar os estudos existentes sobre a temática, realizamos um levantamento bibliográfico sobre pesquisas relativas ao êxito escolar de professoras trans e travestis, por meio de uma metodologia mais simplificada denominada de Estado do Conhecimento, que, segundo Romanowski e Ens (2006, p. 40), é “o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado, sendo denominada de ‘estado da arte’”. Neste sentido, Morosini (2014, p.155) pontua

No entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática (MOROSINI, 2014, p. 155).

A partir da pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como recorte inicial o período de 2013 a 2017, com os descritores: êxito escolar e trans and travestis. Inicialmente encontramos 07 (sete) publicações², na

² ALMEIDA, NEIL FRANCO PEREIRA DE. Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar' 28/03/2014 268 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.

ANDRADE, LUMA NOGUEIRA DE. TRAVESTIS NA ESCOLA: ASSUJEITAMENTO E RESISTÊNCIA A ORDEM NORMATIVA.' 01/08/2012 300 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA Biblioteca Depositária: HUMANIDADES/UFC.

Plataforma de Teses e Dissertações. Conforme fomos analisando suas composições e temas, percebemos que dos pesquisados apenas 05 (cinco) eram de estudos que teriam relevância para a nossa pesquisa, dentro do contexto escolhido, enquanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação não encontramos nenhuma publicação com a temática e nem com temáticas que se aproximassem. Realizando essa pesquisa nas plataformas citada percebemos o quanto a temática necessita de aprofundamento e visibilidade, principalmente por se tratar de uma problemática social emergente que necessita de respaldo científico, pois há uma ausência de estudos sobre o tema, dando ainda mais relevância a presente pesquisa.

E como contraproposta para as poucas abordagens encontradas no levantamento bibliográfico, já que os textos encontrados abordam assuntos que estão em volta do tema êxito escolar, mas em outros âmbitos que não os de educadores/as trans e travestis, traremos vivências reais de mulheres trans e travestis professoras, que perpassam as barreiras do preconceito, quebrando tabus e que obtiveram êxito em suas trajetórias.

Com o intuito de mostrar, através da pesquisa de campo, como essas pessoas vivenciaram suas transições e todo seu processo de escolarização, descrevendo os conflitos, as angústias e suas formas de viver para além do preconceito. Aqui serão transpassadas as subjetividades das entrevistadas, por meio de características da pesquisa qualitativa e seus fundamentos, tendo como objetivo encontrar respostas às indagações da presente pesquisa, além de compreender as situações particulares que viveram as entrevistadas dentro do contexto estudado.

FILHO, ANTONIEL DOS SANTOS GOMES. EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DE TRAVESTIS NO CEARÁ: UM ESTUDO COMPARADO EM JUAZEIRO DO NORTE E CANINDÉ' 18/07/2017 205 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/CENTRO DE HUMANIDADES.

REIDEL, MARINA. A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO: HISTÓRIAS DE PROFESSORAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS' 23/08/2013 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: CENTRAL UFRGS.

SOUZA, EMILLY MEL FERNANDES DE. (TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRECONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS* DENTRO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE' 30/10/2019 171 f. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CCHLA/UFRN.

A base da pesquisa se fundamentará em autores/as notadamente reconhecidos/as (pela produção acadêmica e pesquisa com o tema) na temática de educação de gênero, sexualidade e êxito escolar, estando entre eles já citados: Foucault (2010), Bento (2011), Butler (2003), Louro (2001) dentre outros/as, além dos documentos oficiais, inclusive BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que estão sendo implementadas aos poucos nas escolas.

O outro momento da pesquisa foi a busca em campo realizando as entrevistas com as professoras trans e travestis escolhidas. As sujeitas da pesquisa foram três professoras que lograram êxito em suas trajetórias profissional, atuando na educação, através das diferentes áreas de ensino, propondo uma forma de ampliar o campo de acontecimentos e especificidades de cada trajetória. Os critérios de escolha foram as diversidades entre as áreas de atuação das três escolhidas, sendo uma professora de Matemática, uma de Ciências Sociais e Humanas e outra de Linguagens, interessando relatar as diferentes vivências de cada uma e o fato de atuarem (ou terem atuado) como docentes da educação básica nos últimos cinco anos.

As sujeitas escolhidas necessitam retratar de forma real e abrangente as possibilidades de estudo, de profissionalização e êxito de pessoas trans e travestis dentro do âmbito da educação no contexto da cidade de Fortaleza-Ceará. No momento em que uma professora trans de exatas se depara com colegas de faculdade, na maioria homens, ou uma outra situação em que são colegas da área de humanas e linguagens quais as diferenças e semelhanças dentro de cada realidade, além de demonstrar a possibilidade de êxito profissional nas mais diversas áreas de ensino. Segue quadro síntese com os perfis das entrevistadas:

FIGURA 1: QUADRO SÍNTESE COM PERFIL DAS ENTREVISTADAS

	IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO	PROFISSÃO
LUANA	Mulher travesti	Licencianda em Matemática pelo IFCE	Professora de matemática da Rede Federal de Ensino
SILVIA	Mulher travesti	Licenciada em Letras Português/Literatura pela UFC	Professora de reforço escolar/Formadora
LUCIVÂNIA	Mulher transgênero	Bacharela em Serviço Social pela Faculdade Terra Nordeste – FATENE	Professora do curso de Serviço Social

Fonte: Elaboração própria em 2022.

A produção de dados através de entrevistas semiestruturadas possibilita a aplicabilidade a situações humanas e a casos de vida real numa esfera contemporânea com foco no que é reportado pelas entrevistadas, por situações já existentes em suas vidas, podendo a entrevista ser composta por perguntas abertas e contar com questionamentos de cunho subjetivo e objetivo trazendo a interatividade com as entrevistadas, mas com a liberdade em suas respostas. O perfil traçado e escolhido das entrevistadas trará a possibilidade de elencar e refletir sobre as barreiras encontradas, assim como de onde veio o apoio para seguir em frente, as opiniões e os entendimentos sobre como chegaram ao lugar onde hoje se encontram, além de suas ideias para contribuições de mais mulheres trans e travestis alcançarem o êxito seja na educação ou outra área de atuação.

Devido ao contexto pandêmico, todos os contatos feitos com as sujeitas da pesquisa foram realizados de forma remota (via *Google Meet* e *Whatsapp*). As entrevistas aconteceram no período de janeiro de 2022, com pré-agendamentos de acordo com a disponibilidade de cada participante. Antes de iniciar, foi exposta a necessidade de poder se fazer público as trajetórias de êxito escolar de pessoas trans e travestis, no sentido de oportunizar a visualização de outras pessoas trans e travestis poderem estar nesses espaços, bem como possibilitar mais instrumentos qualitativos presentes na sociedade com o intuito de integralizar a ideia de que pessoas trans e travestis são merecedoras de estar onde quer que queiram estar.

A aplicação das entrevistas contou com o apoio das sujeitas envolvidas, a utilização de instrumentos como roteiro de perguntas, como uma forma de manter a dinâmica do momento. Para Lakatos (2003), o contato face a face entre o entrevistado e o pesquisador também auxilia na abordagem.

A partir da coleta dos dados fornecidos pelas entrevistadas, tivemos o momento de análise e compilação de tudo que foi registrado. A partir das respostas, foram feitas as análises descritivas, caracterizando uma pesquisa descritivo-interpretativa, de modo a observar o alcance aos objetivos propostos pela pesquisa através das respostas fornecidas pelas nossas participantes.

3 ENTRE O ÊXITO E O FRACASSO: SUPERANDO OS DETERMINISMOS

3.1 A difícil relação cartesiana entre êxito e fracasso na escolaridade de pessoas trans e travestis

A história do Brasil não apresenta condições favoráveis para pessoas LGBTQI+³ na vida em si. Assim, não se vê muitos destaques na política, na economia, no entretenimento, na saúde, na educação e em qualquer outro lugar que não sejam aqueles à margem do que é importante em um país. Neste capítulo, vamos discutir as mudanças ocorridas na educação brasileira a partir da inclusão e suas consequências nos questionamentos da presença de pessoas trans e travestis nos mais diversos espaços escolares.

Segundo César (2009), nas últimas décadas tem ocorrido sim, no Brasil uma ampliação na educação básica ancorada pelo princípio da inclusão social, trazendo as temáticas de exclusão de pessoas trans e travestis nas escolas. Hoje, visivelmente, encontramos, muito mais que antes, representantes nas escolas, faculdades, cursinhos, se compararmos com a representatividade da presença destas pessoas na sociedade, veremos que seus lugares podem e devem ser bem mais numerosos e visíveis.

Diante de uma realidade conhecida por todos/as, torna-se ainda mais difícil narrar histórias de sucesso diante de tantas que repetem o discurso do fracasso, mais especificamente neste trabalho sobre pessoas trans e travestis que atuam na área da Educação. A linha entre fracassar e ter êxito é bem tênue para qualquer ser humano, é verdade, mas quando se precisa driblar não só a falta de oportunidades, seja pelo lugar em que nasceu, seja pela educação que foi inadequada, mas para além disso e tendo tudo isso superado, pessoas trans e travestis precisam ainda superar os determinismos enraizados antes mesmo de nascerem. Em 2010, foi criada a Rede de Educadoras/es Trans Brasileiras ou, mais recentemente, a Rede Trans Educ Brasil, fato este de extrema importância no enfoque de questões que envolvam travestilidade,

³ A sigla é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQIA+, diz respeito ao gênero. Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexuais e o símbolo + engloba outras ocultadas na sigla mais conhecida (fundobrasil.org.br).

transexualidade e educação, a fim de criar um espaço de políticas públicas para este universo, podemos destacar também a relevância do Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE, por toda a sua trajetória de promoção de direitos relativos à Educação, bem como suas pesquisas que orientam e divulgam a presença de corpos trans e travestis nos espaços escolares.

Neste momento, a narrativa deixa de ser apenas sobre questões comuns a vida de todos que tentam vencer na vida em nosso país, tão repleto de injustiças e desigualdades, mas quando abordamos a questão do êxito de pessoas trans e travestis, falamos, sobretudo, de resistência. De acordo com Louro (1997), a escola não por muito tempo atuou muito mais como classificadora, excludente do que cumprindo seu papel de acolher quem nela chegasse. Para a autora,

[...] Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997, p.57).

A partir disso, o fracasso escolar, ou mesmo de uma vida inteira, já que a escola é de fato orientadora na trajetória de vida de muitas pessoas, é mais comum do que se pode cogitar. Assim, é necessário observar todos os contextos, desde o mais simples até o mais complexo, pois estão diretamente ligados à complexidade que é o sistema educacional. Dessa forma, não se pode anular nenhuma particularidade que compõe o processo que se entrelaça com instituição, estudante, professores/as e família.

Entretanto, um dos principais empecilhos para se entender o fracasso vem da necessidade de minimizar esse fenômeno a particularidades do/a sujeito/a, ressaltando as particularidades psicológicas e capacidade de compreensão que não atingem o esperado pelo/a outro/a e, dessa forma, atribuindo toda a responsabilidade do fracasso única e exclusivamente ao/a sujeito/a, de maneira que pessoas que sofrem preconceito estão muito mais propícias a caminharem enxergando apenas os fracassos, ao serem diminuídas, diferenciadas, muitas deixam de acreditar em si. Mas não é assim que ocorre.

A pesquisadora e primeira travesti a concluir doutorado no Brasil, Luma Nogueira de Andrade, criou o conceito de pedagogia da violência ao abordar a questão da evasão involuntária de pessoas trans e travestis por questões de exclusão de fora para dentro, pois os padrões conservadores excluem meninos e meninas diferentes e não permitem que sejam eles/elas mesmos/as dentro da escola, e de suas salas de aula. A pesquisadora ainda explica que estes casos contam como evasão escolar e a culpa para tal fato recai sobre a própria pessoa, diferentemente de permitir que elas se sintam bem (ANDRADE, 2012).

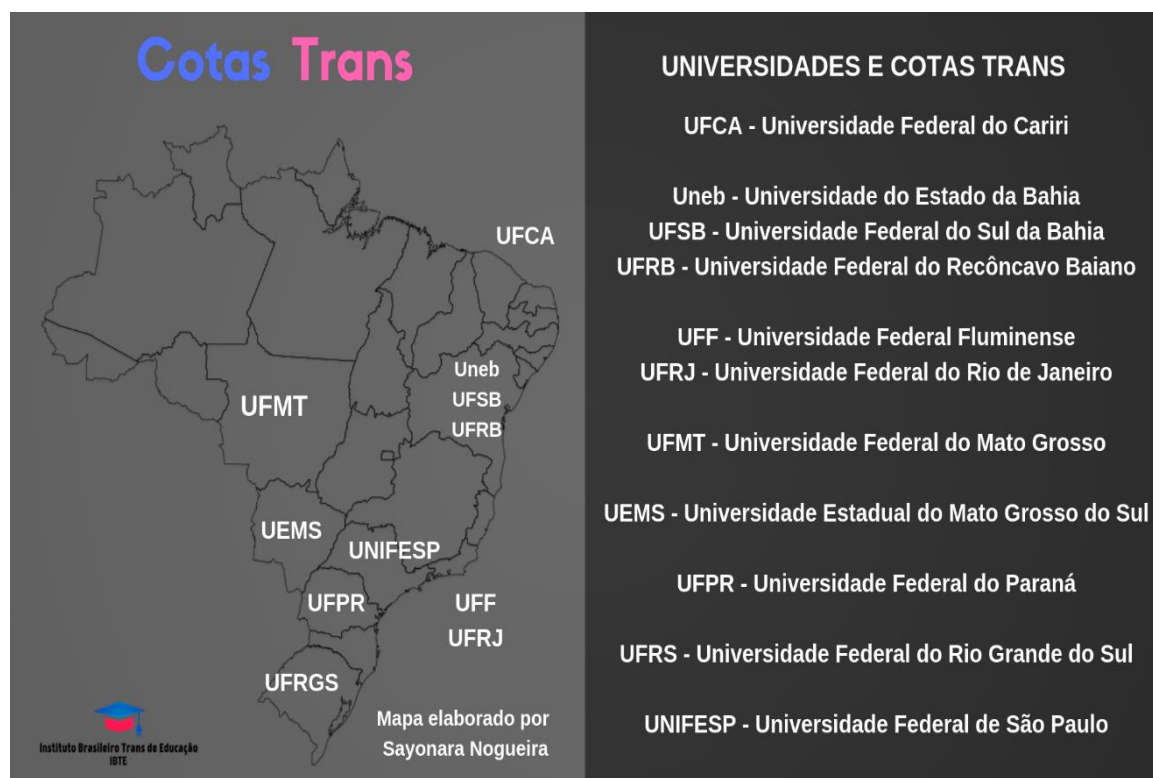
As pessoas trans e travestis têm a necessidade de provar seu valor, suas habilidades constantemente, concomitantemente ao fato de ainda precisarem aprender a se conhecer e aceitar sua realidade de forma a transformar quem são em orgulho próprio, pois o corpo é como um patrimônio que por não se encaixar em sociedade, acaba por ser rejeitado pelo/a próprio/a dono/a. Assim, o saber/poder médico afirma que as pessoas transexuais têm uma completa abjeção em relação aos seus corpos, o que as transforma imediatamente em seres assexuados (BENTO, 2006), muito embora esse entendimento de reconhecimento/aceitação do corpo, venha apresentando outras performances atualmente.

São múltiplas as variáveis que levam pessoas ao fracasso e consequente evasão escolar. Alguns autores (ALMEIDA, ALVES; GONÇALVES, 2012) apontam as variáveis de políticas educacionais, a organização curricular, as práticas pedagógicas dos/as professores/as, além destes levantamos a própria invisibilidade de alunos/as que são excluídos/as pelos padrões normativos da sociedade. Outros estudos estão voltados às trajetórias de êxito de pessoas socialmente excluídas que conseguem uma boa formação acadêmica, como ascensões sociais improváveis que antigamente eram tratadas apenas para pessoas negras, pobres e/ou outras minorias sociais hoje abordamos as histórias de pessoas trans e travestis com práticas educativas exitosas.

Nos últimos anos, surgiram muitos movimentos no campo da luta LGBTQIA+ procurando conquistar direitos desse público e reverter de alguma forma o quadro exclusivo que o Brasil impõe, como exemplo podemos reiterar sobre a importância do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), que faz

monitoramento sobre a população trans e travesti no Brasil. De acordo com dados deste instituto, algumas universidades e/ou faculdades públicas (em alguns cursos/ programas) passaram a adotar cotas para pessoas trans e travestis, como visto no levantamento abaixo:

FIGURA 2: MAPA DAS COTAS TRANS NO BRASIL



Fonte: IBTE, 2018.

Para além das conquistas de algumas políticas públicas, ainda se percebe uma compreensão do fracasso no âmbito da trajetória escolar e profissional na ideia de avaliação, como forma de visualizar a efetivação da aprendizagem. Assim, a forma de avaliar os/as sujeitos/as se reduz a números, demonstrados por meio de avaliações, testes e exames que promovam os/as estudantes, reduzindo todo o processo de aprendizagem e o que o/a sujeito/a produziu durante o tempo seja mensurável numa folha de papel. Se comportar dessa forma é anular todo o conhecimento de mundo que os/as sujeitos/as vivenciam e não aceitar que existem diversas formas de assimilar conhecimento

para além do “decorar” conceitos. Bergier e Xypas (2013) afirmam que há caminhos difíceis para lidar com ele:

Confrontados com o fracasso escolar, a injustiça e a humilhação, os alunos têm, geralmente, três escolhas: se resignar considerando que “a vida é assim” e aceitar o “destino” como vítimas; se revoltar contra a injustiça, de maneira mais ou menos violenta. A violência pode ser contra os outros (atos de delinquência) ou contra eles mesmos (depressão, drogas, alcoolismo, práticas de condutas perigosas); recusar o que os outros fizeram deles e lutar para reparar a ofensa feita, desforrar-se da humilhação e da injustiça sofridas. Essa terceira escolha é a mais difícil e, do ponto de vista estatístico, a mais rara (BERGIER; XYPAS, 2013, p. 36).

A partir do que abordam os autores com a fala acima, percebe-se que a evasão escolar entre pessoas trans e travestis continua sendo uma realidade no Brasil, mas algumas medidas como o uso do nome social podem fomentar as ideias de mudança e acolhimento para que a terceira linha de escolha (das elencadas pelos autores) possa não mais aquela menos vista, mas sim a que irá transformar este cenário. Deixando a escola de ser sexista, e voltando-se para a legitimação dessas pessoas. Prova disso é o que aduzem Xypas e Santos (2014):

[...] a “luta por reconhecimento” constitui a explicação fundamental das lutas humanas. Porém, no campo escolar, os professores observam que uma grande parte dos alunos de origem popular fracassa. Perguntamos, então, por que alguns deles não lutam pelo reconhecimento escolar? E por que outros lutam com sucesso? Se a teoria do reconhecimento é válida, ela deve explicar tanto o caso dos que têm sucesso, apesar da pobreza e do analfabetismo da família, quanto àqueles que não lutam e fracassam. (XYPAS E SANTOS, 2013, p.07).

Nesse momento os autores problematizam a questão das classes sociais que notadamente possuem menos oportunidades e procurando compreender o valor do reconhecimento dentro do fracasso ou sucesso escolar, onde se encontram bastante pessoas trans e travestis que somam a este estigma de serem diferentes o fato de crescerem em ambiente pobre, sem direitos e demonstram uma “saída” através de sua pesquisa sendo o reconhecimento familiar, e vimos a importância disso mais à frente em nossas pesquisas, quando nossas entrevistadas se colocam a falar do apoio de suas famílias.

Algumas das pessoas trans que tiveram sucesso em suas trajetórias podem citar suas batalhas, como por exemplo, Gabriel Dante Silva, homem trans e estudante de Publicidade e Propaganda, falou em entrevista a reportagem da TV UFMG, em 2021, que contou com apoio dos colegas e do corpo docente foi fundamental para sua permanência no espaço escolar: *“Meus colegas foram muito receptivos. Eles foram percebendo e automaticamente foram fazendo a mudança, meus professores também. Um deles me deu a folha para eu ir fazer a mudança”*.

Muitos estudos sobre a importância da educação na vida das pessoas trans e travestis são realizados pelas próprias pesquisadoras trans e travestis que discutem o tema não somente por terem o lugar de fala, mas por saberem que os espaços educacionais, sejam escolas, faculdades têm enorme capacidade de perpetuar seja a transfobia seja o contrário, o próprio respeito e tolerância, o acolhimento a todos. Destacamos Megg Rayara(2016), Luma Nogueira(2015), Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Ana Flor Fernandes(2020), Thifanny Odara (2020), Letícia Nascimento (2021). Esta última é mulher travesti, negra, pesquisadora e docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), autora do livro Transfeminismo, recém-lançado em 2021, e segundo a pesquisadora e suas vivências:

Estamos falando de séculos de colonização, de um processo que é bastante cruel, que vai instituir essa lógica de sexo, gênero e desejo dentro de uma perspectiva binária, dentro de uma normatividade. O transfeminismo precisa nomear as opressões, as relações, as corporalidades, por isso nós criamos sujeitas, sujeitos, traviarcado ... porque nós estamos criando outras possibilidades de organização desse mundo, então a gente vai brincar com as palavras do opressor. A gente faz um jogo linguístico com aquilo que o opressor traz de possibilidade para a gente e nós vamos subverter a língua e o modo como nosso mundo é organizado (Letícia Carolina Nascimento, 2022, p.26).

As camadas mais pobres são as que potencialmente sentem isso na pele. Assim, LGBTQIA+, negros/as, índios/as vivenciam situações de fracasso cotidianamente por já estarem inseridos/as em universos sociais desprovidos de investimento, de reconhecimento pelo poder público. A exemplo do grupo LGBTQIA+, podemos citar a população de mulheres trans e travestis que são estigmatizadas e estereotipadas, as quais têm seu direito à escola cerceado e suas identidades invisibilizadas, sejam por atitudes de desrespeito ao nome

social, conquista simples que possibilita uma sensação de pertencimento ao ambiente, mas, que muitas vezes, sequer é de fato posta em prática, sejam por situações de cerceamento do direito à educação ao serem excluídos/as de atividades comuns, dentre outros momentos importantes na escola.

3.2 A transexualidade/travestilidade e a educação: um caminho possível e de direito

As violências que ocorrem no contra pessoas trans e travestis iniciam quando não em casa, no ambiente escolar, os primeiros lugares nos quais estas pessoas sentem na pele o desprezo é na educação imprimindo nessas pessoas a diferença delas como uma aberração, pois é onde qualquer pessoa começa a se expressar fisicamente e mentalmente. E, neste ambiente, múltiplas são as possibilidades de experiências ruins que podem ser relatadas por pessoas que tiveram que passar por essa transformação de corpo, de identidade, na frente de outras pessoas. Neste momento, vamos discutir o caminho reverso desta violência, como o acolhimento nas salas de aula vai ajudar a salvar a vida destas pessoas.

Sobre esse aspecto, Bento (2013, p.11) pondera que:

O Brasil é o único país do mundo onde, no vácuo de uma legislação geral, instituições garantem um direito negado globalmente. Aqui transmutamos o respeito à identidade de gênero em 'nome social'. Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas trans a utilização do 'nome social'. Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terão que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero (BENTO, 2013, p.11).

No Brasil e no mundo, operamos, explícita ou implicitamente, com uma identidade referência: o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 1998). As outras identidades são constituídas, precisamente, como “outras” em relação a essa referência; em relação à identidade que, por se constituir na norma, no padrão e critério, goza de uma posição não marcada ou, em outros termos, é representada como “não-problemática”. [...] a identidade que

foge à norma, que se diferencia do padrão, que se torna marcada. Ela escapa ou contraria aquilo que é esperado, ela se desvia do modelo. [...] (LOURO, 1998). Nas escolas, não apenas as diversas áreas ou disciplinas foram produzidas sob a perspectiva masculina heterossexual (e, então, tradicionalmente, deixam de fora os saberes, as experiências e os problemas das mulheres e dos demais grupos de diferenças); mas todos os “textos”, no sentido amplo do termo, são geralmente, construídos sob essa ótica (LOURO, 2000, p 68).

Essa classificação acontece mediante a premissa da cis-heteronormatividade, branca e padronizada, de acordo com os costumes impostos socialmente que segregam, violentam e põem essas/es sujeitas/os à margem da sociedade e desenvolvem diversas vulnerabilidades. Estando neste lugar de invisibilidade, é que a falta de merecimento começa a perpassar o entendimento destas pessoas, que se criticam ainda mais, por não seguirem as normas tidas como obrigatórias.

É neste contexto tão sensível que o fracasso insurge nas vidas de pessoas trans e travestis como uma onda avassaladora onde aqueles/as que conseguem ter força para escapar nos contam histórias de superação inimagináveis. Diversos outros/as autores/as destacam vão abordar o fracasso como sendo subjetividade inseridas nas instituições (aqui sendo as educacionais), tais como Esteban (1992), Fini (1996), que discutem sobre o fracasso atrelado às classes e culturas sociais e raciais conectadas a este fator social como motivador

Luckesi (1995) vem demonstrar que vários relatos nos fazem compreender que a problemática do fracasso é associada à indisciplina, à retenção e até ao erro sem preocupar-se com os demais fatores envolvidos e apostando na punição de quem fracassa, sem perceber que o erro pode ser o caminho para o acerto. Assim ele pondera que, “[...] tanto no passado como no presente, as mais variadas formas de castigo por parte do professor, indo desde as mais visíveis até as mais sutis.” (LUCKESI, 1995, p. 48). Ainda para Luckesi (1995, p. 136):

[...] o erro poderia ser visto como fonte de virtude, ou seja, de crescimento. O que implicaria estar aberto a observar o acontecimento como acontecimento, não como erro; observar o fato sem preconceito, para dele retirar os benefícios possíveis.

Por muitas vezes, o fracasso, quando intimamente relacionado ao erro, cria bloqueios que só potencializam a evasão e cada vez mais segrega as camadas mais vulneráveis da sociedade. Nesse sentido, é importante ressaltar que requer muita atenção no espaço escolar, principalmente por estar diretamente relacionado com tanto com problemas relacionados a discentes como também a docentes.

Para Dubet (2003, p. 119):

Os alunos são levados a perceberem-se como “[...] autores de seus desempenhos, como seus responsáveis. De forma que a escola se apresenta um pouco à maneira de uma prova esportiva que postula a igualdade dos concorrentes e a objetividade das regras. A ética esportiva é a da responsabilidade dos desempenhos: que vença o melhor!

Vencer essas barreiras parece algo impossível quando os relatos vão aparecendo e as vivências parecem verdadeiros campos de batalha, voltando a lembrar que no Brasil a vida de pessoas LGBTQIA+ é estatisticamente desafiadora, para não dizer, de violência e sofrimento. Ainda segundo Dubet (2003, p. 41):

[...] descobrem pouco a pouco que seu trabalho ‘não paga’, que eles não conseguem obter resultados honrosos apesar de seus esforços. Descobrem que os esforços para remediar não são eficazes. Então, os alunos decidem não mais fazer o jogo [...].

A exemplo do que se trata esse tipo de barreira, mas daqueles que veem na educação um caminho promissor para mudar estes rumos difíceis trazemos o relato de Megg Rayara Gomes de Oliveira que é a primeira travesti negra doutora da história do Brasil, e é atualmente professora da Universidade do Paraná, onde também é Coordenadora da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade. Megg conta um pouco da sua batalha para iniciar o curso de mestrado em entrevista para revista interna da Universidade Federal de Juiz de Fora:

Para conseguir adentrar neste espaço não foi uma tarefa das mais fáceis. Tentei o mestrado por quatro vezes. Nunca reprovei nas provas escritas, mas era barrada nas entrevistas. Na primeira tentativa, a banca que me entrevistou não conseguiu disfarçar o desconforto com minha presença e ao invés de falar do meu projeto, preferiu me atacar. As pessoas da banca não falavam do meu projeto. Fazíamos deduções a respeito da minha formação e da minha capacidade de fazer uma pesquisa

a nível de mestrado. Quando finalmente consegui furar essa bolha, meu orientador me apoiou incondicionalmente e me colocou em vários projetos que coordenava. Hoje tenho três orientandos e uma orientanda no mestrado: uma menina lésbica nordestina; dois meninos trans heterossexuais e um menino cis gay. Sou o exemplo de que uma travesti preta, pobre, nascida no interior do país, pode atuar como pesquisadora. Sempre digo: cobaia nunca mais! Pessoas trans querem estar nas universidades como pesquisadoras e não como objeto! Subvertendo as normas de gênero e raça na academia (Megg Rayara) – UFJF Notícias. Disponível: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/08/subvertendo-as-normas-de-raca-e-de-genero-na-academia/> - Acesso: 20/02/2022.

Com a presença dessas pessoas que obtiveram êxito em ambientes escolares pensamos em uma nova perspectiva e conquistas vindas das lutas destas pessoas que vem rompendo as barreiras do sistema binário e do alinhamento compulsório entre corpo-gênero-sexualidade. Embora não seja possível atribuir à escola o poder e a responsabilidade de produzir identidades sociais ou determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 1999, p. 21).

Bento (2006) afirma que ainda existe a ideia, embora retrógrada, que a transexualidade é uma patologia, e segundo a autora, a despatologização da transexualidade (2018), ocorrida recentemente, significa politizar o debate, compreender como o poder da medicalização/biologização das condutas sexuais e dos gêneros ressignifica o pecaminoso no anormal, deslocando o foco de análise do/a indivíduo/a para as relações hegemônicas de poder, as quais constroem o normal e o patológico. A eficácia das tecnologias discursivas é discutida pela autora como fonte de ressignificação de ideias que contribuem para que na escola e outros ambientes sociais sejam palco de inúmeros insucessos nas comunidades discriminadas.

No campo educacional, o tema gênero e sexualidade vem sendo mais discutido, o que é um ponto positivo, já que anteriormente pouco se falava, pois pouco se notavam as pessoas trans e travestis, assim como as pessoas o tema sempre foi alvo de muitos ataques. O que ocorre é que os/as próprios/as estudantes não estão mais se calando diante das regras colocadas pela cis-

heteronorma e perspectivas que outras pessoas impõem para elas/eles. Desta forma, é muito mais comum perceber pessoas gays, lésbicas, trans, travestis e de qualquer forma que se entendam, encontrá-los/as sendo eles/as mesmos/as nos recreios, nas atividades escolares, entretanto o enfoque neste momento é a forma como os demais ainda enxergam tais pessoas, criando assim empecilhos, dificuldades muitas vezes, simplesmente por serem diferentes. Em grande parte das experiências que tem como enfoque essas questões o que se vê são situações de transfobia, misoginia, lesbofobia, machismo e sexismo tão preocupantes e disseminados nos espaços educativos enquanto dissidências de gênero.

Minayo (2009) publicou um estudo cujo questionamento principal gira em torno de “como se articulam: dissidência sexual, performances de gênero e trajetória educacional?” Nesse sentido, ela discute a problemática crescente e latente em nossa sociedade abordando as questões educativas, mas que perpassam o âmbito escolar e levam para além da escola quando adentram as trajetórias de vida das pessoas excluídas historicamente. Com o estudo, pode-se perceber a ligação entre educação e transexualidade/travestilidade, mas para além disso Minayo fala que as dissidências sexuais devem ser levadas a discussão em ambiente escolar, não como um problema, mas dentro das questões de inclusão, de isonomia entre as diferentes formas de sexualidade. São estes estudos que vão embasando a luta de pessoas que buscam um lugar na sociedade, mesmo que de forma mínima vemos as mudanças ocorrerem,

Lorenzo (2003) defende que existe uma potencialidade crítica presente na dissidência da heterossexualidade, quando da sua capacidade de visibilizar que é possível o exercício da sexualidade sem passar pela procriação e assim, expor que a sexualidade e o erotismo são âmbitos claramente delimitáveis. A dissidência sexual, especialmente ao falar das dissidências femininas ou masculinas, constrói-se sob conceitos construídos em uma raiz altamente cis-heteronormativa, pois muito do que vemos foi sempre a punição maior com os homens homossexuais, tendo como base o contexto histórico, dentro da sociedade. Sabendo das várias dissidências sexuais, é imperativo apontar as travestilidades e transexualidades que nos fazem lembrar tristemente da brutalidade que é a transfobia no Brasil.

A educação deveria ser o dispositivo mais utilizado para que tais situações não precisassem ser narradas, já que ultrapassamos apenas as discussões teóricas de uma pesquisa qualquer para falarmos de ataques, mortes, violência gratuita contra outros seres humanos, por isso a educação está na base de toda essa discussão. A educação é uma forma poderosa de modificação, de possibilitar pensamentos e o diálogo uma ferramenta pedagógica a se utilizar no campo de combate do preconceito ao falar da sexualidade, apesar das relações sexistas e separatistas que existem, vê-se nesse espaço como local de mudanças. A ver, o pensamento de Henriques (2007, pg.09): “a escola em particular, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos as diferenças [...], onde formam-se sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o respeito, acolhimento, diálogo e convívio”.

Algumas perspectivas abordam o tema da sexualidade propondo teorias e não somente o dimensionamento como conhecemos, como imposto, mas trazendo a identidade sexual e as formas diversas de viver essa sexualidade. De acordo com Foucault (1985), há quatro grandes tecnologias da sexualidade, a saber: histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso. Esses quatro entendimentos permitem compreender a sexualidade com uma visão mais positiva sobre o tema de forma a negar os tabus e proibições exageradas. Como a questão da pedagogização do sexo infantil que vistos como perigo para as crianças devem ser vigiados para que nada “errado” ocorra. As exposições foucaultianas tratam de “organizar” sem barrar o sexo.

De acordo com esse viés, Louro (1996) destaca que a polarização entre o feminino e o masculino, colocados em lados opostos, são construções nada simples de serem rompidas, de forma que muito precisa ser refletido sobre isso. Principalmente quando pensamos em contextos contemporâneos, que buscam a equidade de direitos e a livre expressão de corpos, histórias, vidas e vivências que são e devem continuar sendo plurais.

Em se tratando da estilização dos nossos corpos, Butler (2003) vê o corpo como lócus cultural privilegiado dos significados de gênero, com um

sentido muito além do “ser”. Além disso, temos a ideia de Smith (2000), ao indicar que, mais do que qualquer outra escala (da casa, comunidade, cidade, estado, país, global), a corporal é onde a dialética da identidade e diferença se mostra muito mais forte. Dessa forma, querer controlar o corpo é muito mais difícil tanto para o/a dono/a do próprio corpo quanto para terceiros/as. Nessa perspectiva o gênero não é algo que pertence a nós, mas que repetimos por toda a vida e possui uma naturalidade (BUTLER, 2003).

Para Foucault (2007, p. 121), “[...] em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições e obrigações”. Neste mesmo contexto de vedação do corpo, o filósofo defende que os mecanismos da sociedade querem disciplinar os corpos a normas e condutas historicamente pautadas, onde o adestramento do corpo é a ferramenta de controle. Para Louro (2006), toda esta temática é resumida da seguinte forma:

Embora existam pontos de fricção entre as várias correntes dos estudos de gênero e de sexualidade, parto do entendimento da construção social do corpo, ou seja, do entendimento de que o corpo só se torna inteligível no âmbito da cultura e da linguagem (LOURO, 2006, p. 24).

Butler (2003) ainda afirma que não devemos negligenciar nosso corpo que a vida finita como é revela a necessidade de viver dentro de condições sejam elas sociais, econômicas etc, que permitam a integridade. Falando da conceitualização de gênero, fala-se da cultura que envolve este entendimento. Butler (2003), desenvolveu o conceito de gênero e performatividade, criticando a ideia de binarismo, que para ela classifica e determina as possibilidades de existir. A partir da proposição desta ideia de gênero performativo, sugere-se que ele é um fazer, porém, não um fazer por um sujeito que preexista ao feito, mas uma ação contínua (BUTLER, 2003). Assim, tudo que fazemos durante a vida, seja nossa maneira de vestir, de falar, de caminhar, nossos desejos mais íntimos está tudo relacionado a nossa performatividade.

Os questionamentos em torno desses campos, no entanto, precisam ir além das perguntas ingênuas e dicotomizadas. A partir dessas considerações teóricas, toda essa produção de corpos centrados na heterossexualidade demanda um esforço excessivo e contínuo para se sustentar. E é nesse sentido

que a infância – etapa central para os primeiros exercícios de gênero – é vista como garantia de constituição do adulto, previsto nos moldes de identidade e sexualidade hegemônicos (PRECIADO, 2013). Quando criança a família investe em sonhos que seguem um padrão, seja na cor das roupas, nas profissões a seguir, nos namorados/as e quando a criança nasce tudo isso vai sendo despejado “nas suas costas” e com isso, muitas destas crianças quando se dão conta da não adequação aos sonhos de seus pais e familiares tentam se esconder de si mesmos/as. Em seu livro *Apartamento em Urano: crônicas da travessia* o autor destaca: “Nós, os uranistas, somos os sobreviventes de uma tentativa sistemática e política de infanticídio: sobrevivemos à uma tentativa de matar em nós, quando ainda não éramos adultos e não podíamos nos defender, a multiplicidade radical da vida e o desejo de mudar os nomes de todas as coisas.” (PRECIADO, 2020, p. 30)

Dispostos/as a implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e mais complexa), uma problematização que terá que lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia. Se essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares, se estamos nós próprios/as envolvidos/as nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de colocar em relevo questões relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredados/as e que, portanto, também nos dizem respeito (LOURO, 1997).

Nesse sentido, a escola é potencial ambiente de valorização do ser humano, é um lugar totalmente propício a discussões e reflexões voltadas às diversidades de gênero, sexual, igualdade de gênero, rupturas de padrões cis-heteronormativos e principalmente ao respeito a todas essas nuances que envolvem diferenças de atitudes, mas não deslegitimam nenhuma pessoa.

Quanto às resistências e aos ganhos, em 2004, surgiu o Programa de Combate à Violência e a discriminação GLBT e de Promoção da Cidadania, ficou o conhecido programa “Brasil sem Homofobia” (CNCD; Ministério da Saúde, 2004). Mas diante da quantidade de ações que culminaram em retrocessos, como o preconceito de sequer querer saber do que se tratava, este programa

não chegou diretamente às escolas, seja na forma de projetos interdisciplinares ou de legislações específicas, ficando apenas no papel como um ganho que não trouxe à prática o que deveria permanecendo assim, os mesmos desafios práticos do dia a dia escolar. O popularmente conhecido “kit gay”, que nada de kit e tão pouco de gay tinha, colocou em discussão a situação dos/as professores/as e suas competências, o qual daria a oportunidade dos/as docentes se formarem especificamente no contexto das dissidências de gênero, mas devido ao contexto obscurantista, à época, não foi desenvolvido e tão pouco aplicado. Na verdade, era um programa voltado para os/as professores/as que sofreu depreciação por parte da bancada mais conservadora da política e da sociedade fazendo com o que o governo voltasse atrás em tal publicização, tão necessária, às escolas quanto a estas questões.

A construção de um discurso de pregação da “ideologia de gênero” se difundiu pela população brasileira como uma invenção de um cenário político, pautado por posicionamentos religiosos antigênero, fez com que os caminhos para o combate a LGBTfobia fossem cerceados. Assim, como consequência, no interior das reformulações curriculares da educação brasileira, como o PNE (Plano Nacional de Educação) e posteriormente a BNCC (Bases Nacionais Comum Curricular), viu-se o silenciamento/apagamento das questões de gênero e sexualidade.

Havendo o diálogo inclusivo em sala de aula, as ações contrárias a estas pessoas seriam menores, pois a consciência e o conhecimento combatem o preconceito, discutir tais questões é confrontar o conservadorismo social para buscar quebrar paradigmas e estigmas engessados, estereótipos, tabus e diversos outros fatores que dificultam a reflexão sobre a referente temática em nosso país (BARROS; ARAÚJO, 2016).

Na lógica de ser o país que mais mata pessoas trans, travestis e LGBTs, os incentivos governamentais deveriam popularizar a conscientizar, bem como difundir políticas públicas que deem a esta população, tão violentada, condições de aprender. A legislação é insuficiente, mesmo com as leis de criminalização aprovadas em 2019 (equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo), mas, para além das aprovações, é preciso adotar medidas que avancem realmente a fim de minimizar tal situação. Somente através das políticas públicas assertivas é

que podem ocorrer mudanças. De acordo com os PCN, a orientação sexual deve ser trabalhada como um tema transversal, desta maneira não há impedimento de estar sempre presente nas aulas e nas classes essas temáticas.

A política em si caracteriza-se como o diálogo entre sua formulação e sua implementação, ou seja, a interação entre o que se propõe executar e o que se realmente executa. A formulação de políticas públicas deve ser compreendida, então, como o processo por meio do qual "os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real ", possuindo impactos em curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo (MELO *et al*, 2012, p. 340).

Houve ainda avanços na sociedade, como em 2008, foi regulamentado o processo transexualizador no âmbito do SUS e, em maio de 2009, foi lançado o "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (LGBT). Em 04 de Junho de 2010, instituiu-se o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à Homofobia. Em 2010, o Supremo Tribunal de Justiça, reconheceu a legalidade das adoções por casais homoafetivos. E, em 2013, saiu a Resolução de nº. 175, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), (outras datas) que possibilita a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre as pessoas do mesmo sexo. Foi este o momento em que o já citado "kit gay" foi duramente atacado. Como salienta Pereira (2016, p. 123), retratando o boicote a esta política pública "Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBTfóbicos/reacionários e o boicote a políticas elaboradas no Executivo". Ressalto fortemente, uma das maiores conquistas para a população LGBT+, quando em junho de 2019 que o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou os crimes que têm como motivação a LGBTfobia aos raciais, aplicando as mesmas penas, que podem ser de reclusão de dois a cinco anos e multa.

Louro (2008) frisa que uma nova construção de pessoas que buscam seus direitos políticos e sociais, a instauração de uma política cultural preocupada com seus direitos, possibilitou que as chamadas minorias sociais e étnicas passassem a reivindicar seus direitos, questionando teorias, criando linguagens e construindo novas práticas sociais. De acordo com Scott (2005), ao falar de diversidade, falamos de "[...] igualdade como um princípio absoluto e

uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p.15).

Sendo assim, vê-se que as poucas políticas públicas voltadas para a realidade excludente da população LGBT+ vem sucumbindo aos últimos governos e subsistindo apenas de iniciativas de ONGs ou instituições independentes que lutam fortemente para não perder os direitos já conquistados. Muito do que possibilita essas vivências, ainda parte do pressuposto de luta cotidiana que é mediada por muitas pessoas, que por vezes são incansáveis e fazem valor o direito de cada um/a. Desta forma, e seguindo os parâmetros de apagamento dessas conquistas, a experiência de pessoas trans e travestis está atrelada ao medo de ser reconhecido como tal, quando no momento da Educação Básica, principalmente, início da Ensino Fundamental e, após se formarem muitas vezes, tem-se o medo de perderem seus empregos, ou nem conseguirem a oportunidade de trabalhar.

A abordagem dessas temáticas nas escolas é uma forma real de resistência a esta política que nega a existência destas pessoas. O silenciamento sobre os temas deve ser duramente combatido, pois, ao abordar as temáticas na escola, é importante que o/a professor/a esteja preparado e tenha a capacidade de sistematizar as ideias e concepções de modo que seus/as alunos/as (a depender do/a ano/etapa) possam compreender o que ele deseja transmitir. Deve haver reflexões dos/as alunos/as quanto à sexualidade dos seus próprios corpos, ao respeito das identidades e orientações de seus/suas colegas e a quebra dos tabus impostos socialmente.

Alinhando-se a este pensamento, Louro (1998) aponta que as instituições sociais incluindo a escola fazem parte das pautas políticas que ocorrem em torno das identidades sexuais e de gênero, transmitindo, produzindo e reproduzindo representações hegemônicas de ser homem e de ser mulher nas suas práticas discursivas. A escola pode e deve se transformar em um espaço de inclusão das pessoas trans e travestis dando vistas ao potencial delas igualitariamente aos demais, contribuindo para o sucesso educacional, profissional e pessoal das mesmas.

O que falta é problematizar e alinhar as responsabilidades de cada um no âmbito social, cultural, político como colaboradores para desconstrução de ideias. Ainda segundo a autora, a escola deve exercer um papel de pedagogia nos temas de sexualidade, gênero e, assim, como produzir seres que refletem os quais são implicados a modificar os pensamentos divergentes e excludentes, além de poderem experimentar sua sexualidade conhecendo realmente seus corpos e ações.

4 RESSIGNIFICANDO A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA EDUCAÇÃO: Relatos de professoras trans e travestis

Compreender os aspectos que permearam a trajetória escolar de professoras trans e travestis é entender os percursos que entrelaçam vivências que subvertem a cis-heteronormatividade e se consolidam como rupturas de paradigmas. Desta forma, traremos aqui a história/trajetória de três professoras trans e travestis da cidade de Fortaleza-CE, que conseguiram sair da linha tênue da transexualidade/travestilidade e prostituição, contradizendo todas as perspectivas da sociedade enquanto instrumento de exclusão dessa população. Tais sujeitas foram facilmente identificadas na pesquisa, primeiro por compreendermos todo o contexto de exclusão escolar que pessoas trans e travestis sofrem no seu cotidiano e, segundo, por estarem atreladas a exceção da regra, que é impor a esses corpos posições de subalternidade e invisibilizá-las em espaços de poder. Antes de iniciarmos o momento, foram repassados para as entrevistadas toda a estrutura da pesquisa, a importância e a relevância de estarmos realizando a mesma, já que não há no âmbito de registros oficiais de pesquisas, relatos que apresentem essa realidade subversiva, onde professoras trans e travestis estão inseridas em espaços educacionais.

“Quando a gente consegue aquilo que colocamos como objetivo, acabamos revolucionando”: relato de Luana Ângelo

A entrevistada nos fala sobre seu nome antes do processo de transição. Ela explica que o nome Luana vem de um contexto escolar, onde seus/suas colegas de escola já a chamavam por esse nome. Luana tem 30 anos, se identifica como travesti heterossexual, nascida em Magé – RJ, onde viveu até os

10 anos de idade. Residente em Fortaleza-CE, atualmente, Luana nos explica que possui duas famílias, uma biológica com quatro irmãos (dois homens e duas mulheres), e que por contextos financeiros à época, acabou sendo adotada por outra família que lhe acolheu e agregou mais dois irmãos. Ela ainda explica que sua mãe e seu pai biológico ainda são vivos e ela participa ativamente desse contexto familiar, bem como a mãe adotiva.

A conversa continua tomando como base todo esse contexto familiar, partindo para a ideia do apoio que pessoas trans e travestis necessitam dentro dessas vivências (processo de transição), para que possam de fato estarem inseridas em todos os espaços da sociedade. Luana destaca que sua família sempre a apoiou e desejou que ela estivesse na escola. Na sua visão, foi justamente por isso que pôde ter uma vida estudantil exitosa. Falamos um pouco sobre essa problemática e o quanto é difícil percebermos histórias que retratem essa realidade.

A relação com a família da entrevistada parece ser harmônica, ela nos fala que durante seu processo de transição, houve muitos questionamentos, porém nada que fugisse ao dito estranhamento, por conta da desinformação sobre as sexualidades de pessoas trans e travestis. Ela nos relata que sua família nunca trouxe o debate da expulsão por conta da sua identidade de gênero. A felicidade é a consequência do reconhecimento e o afeto e, segundo a teoria de Hegel, é o combustível que impulsiona o indivíduo a conviver em família e a pertencer a uma sociedade (HONNETH, 2003 apud CARDIN; GOMES, 2015) Em nossos relatos, vemos esta questão como decisiva na vida de nossas exitosas entrevistadas. Seguindo a entrevista, Luana conta que é comprometida, como bem reforça quando diz que “juntou as roupas” e está morando com outra pessoa. Licencianda em Matemática, pelo IFCE, nos relata que inicialmente prestou vestibular para Licenciatura em Geografia, pela Universidade Estadual do Ceará, momento que foi motivada por querer estar com as amigas do Ensino Médio, mas confessa que sempre quis matemática, entretanto pelo contexto do processo de transição, (que foi um pouco conturbado ao final do Ensino Médio) era mais tranquilo estar com as amigas, como a mesma descreve:

“Eu já queria matemática, desde o começo, mas eu tinha receio... primeiro pela questão do medo, por ser uma disciplina

de exatas, medo da universidade... No Ensino Médio eu tinha medo da academia, por conta do meu processo de transição, eu tinha medo de passar pelas mesmas situações novamente..., mas no final fui para a matemática, eu queria a licenciatura, por conta de inspiração em outras professoras...”

Partindo para o contexto da universidade, Luana nos explica que tinha receio, mas que se preparou para entrar nesse espaço. Aprovada para a licenciatura em matemática no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - IFCE, para o semestre 2017.2, ela nos relata que tinha a ideia de que enfrentaria muitas situações, por isso desde o momento da matrícula já estava munida dos embasamentos legais, para enfrentá-las. Na realidade foi bem tranquilo, diferente do que ela tinha imaginado. Porém, no semestre que ela iniciou sua vida acadêmica aconteceram algumas intercorrências, que foram importantes para o seu engajamento, enquanto discente.

Ela lembra que, na recepção dos/as calouros/as, ficou bem mais tranquila, por ter tido a oportunidade de visualizar outras pessoas LGBTQ+. Reforça que, independentemente de qualquer situação, ela estaria disposta a enfrentar para seguir seu sonho. Já estudante do curso de licenciatura, engajada com os/as colegas, ela relembra: *“Inclusive, tem um colega meu, o Diogo, que diz que eu revolucionei a matemática, pelo simples fato de estar ali. Tinha muitos colegas gays, mas eles tinham receio, mas que acabou depois que eu cheguei”*. Para além da rotina de sala de aula, Luana nos trouxe uma situação bem corriqueira de vivências trans e travestis, que para ela, inicialmente foi “terrível”, porém, bem importante para sua vivência acadêmica:

“Entre na instituição na metade do ano de 2017, lá pelo mês de outubro, o IFCE realiza os jogos internos, que tem por objetivo socializar todos/as estudantes. Quando fui me inscrever nos jogos, em futsal, recebi a notícia que eu não poderia participar para a competição feminina, daí eu não aceitei essa decisão, mobilizei todos/as estudantes, o Diretório Central do Estudantes - DCE, fui à porta do reitor e me embasei no decreto que respeita o nome social dentro das instituições federais. O decreto ele é bem amplo e me dava todas as garantias enquanto estudante. Outra menina trans, à época, também teve seu pedido de inscrição negado, porém por ela ser menor de idade, necessitaria da participação dos responsáveis. A mobilização tomou proporções bem grandes, que tiveram momentos, que inclusive eu nem sabia que estariam acontecendo. A professora Dora Gadelha, mobilizou alunos/as no auditório central do IFCE,

movimentos sociais e lideranças locais. Porém, mesmo um dia antes de início dos jogos, eu ainda não havia sido autorizada a participar. Fiz um grande movimento, bem impactante, onde juntamente com outras/os alunos/as, afirmamos que caso eu não pudesse participar os jogos não aconteceriam. Por fim, após toda essa confusão, pude participar dos jogos, mesmo que no momento da realização, ainda tivessem me impondo algumas restrições do tipo: exames que fosse de acordo com o comitê olímpico internacional. Eu disse que se pagassem, eu faria sem problemas, mas as demais regras do comitê também deveriam ser aplicadas as demais jogadoras, exames antidoping etc. Mas apesar de tudo isso, consegui jogar e por meio dessa ação, a outra menina trans também conseguiu”.

Luana nos explica que toda essa situação foi gerada por conta do posicionamento apenas de um profissional, o responsável pela educação física no IFCE, após todas as articulações, descobriu que as meninas se reuniram e fizeram um documento, onde todas as assinaram, que afirmava não haver problema algum, a participação. Ainda segundo ela, toda essa problemática era muito contraditória, pois ela treinava a todos os momentos com as meninas, mas no dia dos jogos isso quase não foi possível; porém, foi importante para que ela iniciasse sua participação no movimento estudantil, ao qual faz parte atualmente como Coordenadora Geral do Diretório Central dos Estudantes – DCE.

Tal relato nos demonstra os gargalos que encontramos na educação, na formação dos professores, como Louro (1997), afirma sobre essa fábrica de sujeitos que acontece de forma sutil: “nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento” (LOURO, 1997, p. 64). Foi esse questionamento que nossa entrevistada precisou fazer a todos/as os/as envolvidos/as nesse ato de preconceito dentro da Instituição, e nesse caso, venceu a luta, embora venham mais relatos da falta de “cuidado” de docentes e profissionais da educação para com ela.

Quando partimos para os registros de memórias, Luana nos contou sobre suas principais lembranças na Educação Básica. Descrevendo os principais desafios durante esse período e as impressões que impactaram sua existência. Ela nos revela que cursou a Educação Infantil e os Anos Iniciais, na Escola Honório Bezerra. Luana relata que teve muita dificuldade durante esse momento

de sua vida, ela nos conta que nessa etapa ficou um bom tempo tendo aulas com uma mesma professora. Ela lembra que a professora com a qual ela passou boa parte desse período, era bem difícil. E que à época sofreu bastante preconceito, ela ainda não tinha entendimento do que seria travestilidade e transexualidade, mas que já não se entendia pertencente à cis-heteronormatividade imposta, e por ser bastante afeminada, sofria bastante discriminação, e acrescenta que durante todas essas situações, em nenhum momento, a professora mediava esses conflitos.

Diante de todos esses fatos vemos a “olho nu” o que Louro (1997) aponta em seus estudos, e já abordado em nossa pesquisa teórica, em que a pesquisadora fala da educação sexual na escola em um movimento bastante cuidadoso por parte de todos, os autores de livros didáticos pouco se arriscam em contextualizar seus conteúdos se atendo, em grande parte, aos aspectos biológicos da sexualidade. Com certeza, tal fato nos leva a falta de conhecimento e isso ao preconceito tão gritante que vemos aqui.

Como forma de se defender de todas às agressões cotidianas, Luana acabava revidando e dessa forma sendo muito estigmatizada, muito embora tivesse desempenho escolar excelente, sempre estava envolvida em confusões, por conta de ter que se defender, e em nenhum momento isso era analisado, chegando ao ponto de ter que mudar de escola, por conta de todo o preconceito vivido. Ela nos relata que quando chegou no outro ambiente escolar, na qual cursou os Anos Finais do Ensino Fundamental, na Escola Professor Martins de Aguiar, embora muito receosa, a recepção foi outra. Nessa outra escola, Luana sofreu com algumas situações de preconceito, mas as abordagens para com cada situação foram bem diferentes. As professoras a receberam muito bem como nos conta:

“Nas violências que sofri, eu sempre acreditava, quem estava errada era eu e não eles. Eu não tinha muito entendimento sobre o que eu passava, mas na minha cabeça quem estava errada era eu. Já nessa outra escola estão as minhas referências de professora. Nesse lugar pude compreender que ser LGBT, não era problema. Eu poderia ser LGBT e eu poderia estudar, da mesma forma. Se eu não tivesse uma família que me cobrava um bom desempenho escolar, talvez, eu não tivesse concluído o Ensino Fundamental. Eu na época, me sentava sempre na frente e não queria muito papo com ninguém, o mais invisível que eu tivesse para mim era melhor, acredito que já com receio de algo que pudesse acontecer, porém nessa escola, diferente

da primeira, quando acontecia, tinham professoras que me defendiam e isso me incentivou bastante pela carreira docente”.

O relato da entrevistada, vem ao encontro do que Bento (2011, p. 05) afirma quando diz que “são múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições”. Vemos isso nas diversas notícias sobre mortes, violências com a população trans e travesti, infelizmente toda essa realidade existe e hoje, muitas são acusadas até do que ouvimos chamar de “vitimismo”, como se não houvesse legitimidade no seu sofrimento.

Já no Ensino Médio, a professora nos relata que iniciou essa etapa com bastante medo. A escola que ela escolheu à época, Liceu do Ceará, é localizada no centro de Fortaleza. Porém, ela nos conta que foi a melhor escolha que ela poderia ter feito na vida. A escola tinha muita gente, muita diversidade. Muitos/as LGBTs, diversos grupos, que se ajudavam e isso fortalecia sua existência.

“Lembro que eu tinha uma colega que estava passando pelo processo de transição, antes de mim, dentro do Liceu, e aquilo foi revolucionário, a Luciana. A pouco ela estava ali, no pátio dançando, toda vestida de mulher. Aquilo para mim foi impactante, porém foi necessário e importante para o debate. Foi ali que comecei meu processo um pouco modesto de transição. Mas terminei o Ensino Médio, trans. Mas na minha cabeça eu já entendia, já tinha aquela identidade, só não tinha conhecimento do nome, pelo qual usamos hoje, transexual”.

Luana nos fala que nessa escola, foi bastante tranquilo. Seu contexto naquele espaço foi bem oportuno, pois a escola possuía muitas vivências LGBT. Apesar de estar sempre muito dedicada aos estudos, foi importante estar naquele espaço. Ela relembra que a escola era bem disputada para a matrícula, a diversidade era imensa e isso a ajudou bastante no seu processo de transição. Por todo o apoio, pelo reconhecimento da sua identidade, pelas vivências, pelo acolhimento. Completa dizendo que por todo seu ótimo desempenho escolar, acredita que, dentro do contexto dessa etapa escolar contribuiu para a diminuição das violências sofridas, pois ajudava bastante os colegas. Isso demonstra que o êxito na trajetória escolar depende bastante do acolhimento na escola, a sensibilidade da instituição em acolher, como fala Louro: “a escola

delimita espaços. [...] ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 1997, p. 58). Quando a escola não marginaliza essas pessoas, que muitas vezes já chegam de casa com estigmas discriminatórios e fragilizados, os resultados são outros como nos conta a entrevistada.

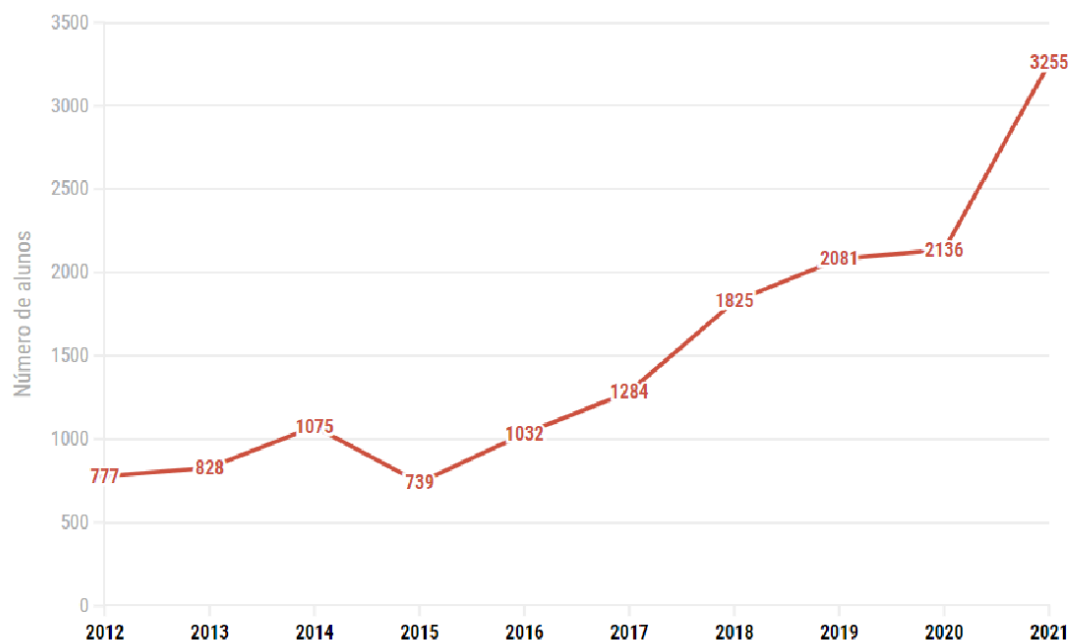
Refletimos sobre o quanto é difícil o processo de transição de estudantes trans e travestis. Pontuamos o quanto é complicado, mas imprescindível ter essa possibilidade de existência no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, pelo desenvolvimento e por todos os contextos vivenciados, algumas vezes se torna algo mais palpável. O processo de expulsão de pessoas trans e travestis se dá de forma unilateral, sem possibilidade de modificação, aqueles que rompem com essas barreiras acabam por enfrentar diversas situações negativas e que a curto prazo, prejudicam potencialmente o desenvolvimento cognitivo.

Quando observamos as matrículas de pessoas trans e travestis, na Educação Básica, por meio de dispositivos de acompanhamento dessas matrículas (sistemas de registro – uso do nome social), verificamos a possibilidade dessa existência. Mas como dar acesso e possibilitar meios para a permanência e que essa se dê com qualidade de vida? São pontuações que Luana nos mostra e cita como exemplo histórias de amigas, que não tiveram a mesma possibilidade de continuar com suas trajetórias escolares por não terem o apoio da família, fato que impacta significativamente nas vivências da população de trans e travestis. No Brasil, em levantamento, feito pelo Núcleo Investigativo da CNN, com dados das Secretarias Estaduais de Educação, obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), mostra que estudantes estão matriculados tanto na Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio) quanto na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) utilizando seus nomes sociais, e que este percentual aumentou em mais de 300% na última década. Entre 2012 e 2021, mais de 15 mil alunos da rede pública de ensino preencheram, em suas fichas de matrícula, os nomes pelos quais gostariam de ser reconhecidos nas escolas, como mostra a figura abaixo:

FIGURA 3: USO DO NOME SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Nome social nas escolas públicas

Na última década, houve um aumento de 300% no uso de nome social em documentos escolares



FONTE: Secretarias Estaduais de Educação - Via Lei de Acesso à Informação (LAI)
O ano de 2022 não foi contabilizado pois o período ainda não está completo



Na docência, Luana explica que suas experiências em sala de aula se restringem ao Ensino Médio. Ela ressalta que é pontual é importante o debate sobre as vivências LGBT dentro da sala de aula. Reforça sobre como é necessário que os/as estudantes tenham acesso à informação, para que dessa forma, os conflitos e violências dentro do ambiente escolar, sejam reduzidos. Completa ainda que a importância da quebra de paradigmas sobre as profissionalizações de pessoas trans e travestis, enquanto estigma da prostituição, como única forma de subsistência. Segundo a Associação Nacional das Travestis e Transexuais, a ANTRA, 90% das mulheres trans e travestis do Brasil trabalham com prostituição, esses são dados de 2018. Com certeza, não é uma escolha delas, mas consequência dos fracassos imputados e da falta de oportunidade.

Sobre a visibilidade de pessoas trans e travestis, ela acredita que estar inserida em espaços de poder, potencializa o combate a todas as formas de preconceito. Na sala de aula Luana sempre propõem o debate sobre gênero e sexualidade, atualmente está no Programa de Residência Pedagógica – PRP

(por meio de aulas de regência), no IFCE, também leciona num cursinho pré-vestibular no bairro Pirambu em Fortaleza/CE. Luana acredita que logo em breve estará inserida no mercado de trabalho, exercendo as funções da docência com excelência. Com relação aos desafios dentro dos ambientes escolares, enquanto docente, Luana nos diz que:

“Eu imaginei que seria muito mais difícil, do que de fato foi. Não sei, se é porque tudo que a gente vai fazer já é difícil, pode ser que isso tenha me causado essa impressão antecipada. Acredito também que o peso que é posto sobre a matemática, também, pode ter sido um fator, facilitador. Ainda não estive de fato com alunos/as do Ensino Fundamental, somente com alunos/as do Ensino Médio. Eu nunca sofri preconceito por parte deles, o que aconteceram algumas vezes, foram situações pontuais. Uma vez um aluno perguntou qual o órgão sexual que eu tinha, mas notei que não tinha maldade na pergunta, só dúvida mesmo. Nunca tive muito contato com mães, pais ou responsáveis, muitas vezes só algo bem específico, acredito por serem dinâmicas diferentes”.

Luana pontua que professores/as da licenciatura em matemática, não davam muita credibilidade a ela. Acrescenta dizendo que isso pode estar ligado ao fato de que nunca acreditariam que ela pudesse ir além. Suas vivências como professora foram sempre positivas e ela acredita que isso se dê por conta de já ter feito a transição, antes de estar de fato inserida nos ambientes educacionais. Reforça sobre os estigmas do componente curricular – matemática, que historicamente apresenta resistências e retrações por conta de todo o contexto que são pontualmente visualizados, como reiteram Guse e Esquincalha (2020, p 7) “professores/as de matemática também são sujeitos que podem constituir representações sociais sobre diversidade sexual e de gênero, principalmente aqueles que vivenciam essa realidade, como o caso de professores/as de matemática LGBTQIA+.” Apesar de todo o contexto político atual, que fortalece falas de retrocesso e nos violenta cotidianamente, Luana acredita que nossa realidade está mudando e cada vez mais vamos ocupar os espaços de destaque. Em suas considerações finais, Luana nos diz que:

“Eu foco muito na questão da representatividade. Para mim ela é muito significativa. Ver que alguém como eu chegou, na docência em matemática e assim proporcionar que eles/elas possam chegar também. E é sempre bom pontuar que não vai ser fácil para ninguém. Mas que apesar de tudo, temos uma possibilidade de visualização. Quando lembro que há uns 10 anos atrás, não tínhamos professoras trans e hoje podemos

visualizar essa possibilidade. Mesmo dentro de todos os contextos, de pobreza, segregação e violências é algo que temos que referenciar. Ser essa referência e possibilitar outros/as é compensador”.

Em suas aulas a professora costuma associar as temáticas de gênero e sexualidade, seja em enunciados ou em alguma situação pontual, o que facilita muitas vezes a criação de debates propositivos, tornando ainda mais construtiva sua prática pedagógica. Entendemos que é por essa sensibilidade comum às pessoas que sentiram isso na pele, que é preciso que pessoas trans e travestis, estejam presentes nos espaços educacionais, puxando esse debate para que todos possam refletir sobre o respeito ao próximo, pois se trata disso, de respeitar o que as outras pessoas decidem fazer de suas próprias vidas. Os estudos, como costumamos chamar, são um caminho que alavanca a vida de todas as pessoas, e para aquelas que se encontram à margem da sociedade muitas vezes é o único refúgio, conforme Louro (1997) já referenciada aqui nos diz, a escola por muito tempo se fez diferente e excludente, será com estas mudanças (advindas da inclusão) que veremos uma escola mais benéfica, mais abrangente e igualitária, erradicando as exclusões.

Luana encerra dizendo: *“Quando a gente consegue, aquilo que colocamos como objetivo, acabamos revolucionando. A gente, por estar nesses espaços de poder, acabamos facilitando a entrada nesses espaços. Quando a gente tem esse êxito, acaba sendo menos ruim para as outras. A travesti vai estar lá e tem que se sentar e conversar com a travesti”.*

“Esta sou eu, Lúcio, se eu não puder ser quem eu sou hoje, eu não serei nunca mais”: relato de Silvinha Cavalleire

Sílvia Cavalleire Araújo da Silva, professora de língua portuguesa, inicia sua fala nos explicando sobre a origem de seu nome. Silvinha, como gosta de ser chamada, nos relata que a escolha vem de uma situação específica ocorrida no Ensino Fundamental. Essa situação foi dividida em dois momentos: o primeiro momento aconteceu em 2004, enquanto a ela ainda estava no 7º ano do Ensino Fundamental na leitura do primeiro texto, do livro didático de língua portuguesa, o texto que era uma peça de teatro, chamado “Lua Nua” da autora Leilah Assunção. O trecho da peça trazia duas personagens, Sílvia e Lúcio, ambos discutiam sobre qual dos dois abriria mão de uma situação importante do

trabalho, para cuidar do filho, pois não tinha nenhum apoio para ajudá-los. Silvinha nos diz que observando toda a situação descrita no texto os argumentos usados por Silvia (personagem) eram muito interessantes e chamaram bastante atenção. Silvia, a personagem do texto, defendia a feminilidade e a maternidade por meio de um debate bem empoderado, consciente e politizado. Silvinha, nossa entrevistada, não tendo passado ainda pelo processo de transição, no momento da atividade, onde sua professora pediu para um par de alunos, fazerem a interpretação da história como forma de ilustração da mesma, resolveu pedir para fazer a personagem Silvia e a professora, à época, por não entender o que ela estaria propondo, questionou e continuou perguntando se alguma menina gostaria de fazer a personagem feminina, porém sem êxito. Sem conseguir uma menina para representar a personagem, acabou por permitir que a entrevistada participasse da dramatização.

“Eu me encantei por aquela Silvia de tal maneira, que quando o livro propôs a interpretação, uma leitura dramática por dois alunos da sala, logo eu levantei a mão. E aí minha professora me perguntou: você quer fazer o Lucio? E eu logo respondi: Não! Quero fazer a Silvia. E a minha professora ficou chocada, e disse: não, mas me deixa ver se alguma menina quer fazer a Silvia? E nenhuma menina quis fazer a interpretação. Logo ela perguntou se algum menino gostaria de fazer o Lucio. Um amigo meu levantou a mão e disse que faria o Lucio. Pronto fechou! Fiz uma belíssima apresentação e todo mundo gostou. Uma frase que me marcou bastante, que a Silvia, personagem, diz no texto é: Está sou eu, Lucio, se eu não puder ser quem eu sou hoje, eu não serei nunca mais”.

O nome social é uma escolha de vida para estas pessoas, talvez uma das mais vitoriosas conquistas que tivemos, entretanto, a vitória aparece mais na teoria que na prática. Sobre o uso do nome social, o Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assegura a travestis e a transexuais a utilização do nome social no âmbito da administração pública federal. Mesmo com a portaria em vigor, há relatos, inclusive de nossas entrevistadas, de descumprimento da regra por parte de professores, alunos e familiares de outros alunos.

Sobre o segundo momento da escolha de seu nome, Silvinha nos relata que o Cavalleire, veio de uma situação de uma prima que foi babá de um menino chamado Giácomo Cavalleiry, e ela nos conta que achou muito bonito. Giácomo era filho de um italiano com uma moça brasileira. Dessa forma, e pegando o

sobrenome emprestado, surge Silvinha Cavalleire. Que nos fala ter “aportuguesado” o sobrenome, para não ter problemas, assim como relata: “*O Cavalleiry do Giácomo termina com Y, o meu termina com E, para que eu não seja acusada de roubar o sobrenome (risos)*”.

Silvia Cavalleire, tem 29 anos, é mulher travesti e atualmente atua como Coordenadora do Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues. Ela é natural de Fortaleza-CE, filha de Maria das Graças e Geraldo, ambos vivos, com apenas um irmão, nos relata que nunca morou em nenhum outro lugar. No que diz respeito ao convívio familiar, Silvinha nunca teve problemas, acredita ela, que pelo fato de ser muito dedicada e bastante inteligente.

“Desde muito pequena eu era reconhecida como uma criança muito inteligente, dessa forma, meus pais, meus tios, primos e demais pessoas, sempre buscam orientação comigo. Sempre procuram tirar dúvidas e eu me informo e repasso. Sempre foi por isso. Essa inteligência, essa referência que eu me tornei para a família, me ajudou para que as pessoas respeitassem as minhas escolhas”.

Quando Silvinha iniciou a transição, no réveillon de 2010 para 2011, ela nos conta que não houve muito choque: “*eu já tinha cabelo grande, unha grande...*”, “*foi como se fosse uma espécie de oficialização, somente*”. Segundo Silvinha, foi tudo muito tranquilo, ela chegou até a fazer suspense, mas de fato não houve nenhum episódio negativo. Silvinha é solteira sim, mas diz que sozinha nunca. Tem nível superior completo, em Letras – Português, pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Partindo para o ponto de explicitar o que levou Silvinha a buscar a carreira da docência, ela nos conta que costuma dizer que foi a profissão que a escolheu. Desde muito pequena, lá nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Silvinha concluía suas atividades e já ia ajudar os/as coleguinhas. Relata que não tem muitas lembranças sobre a época, porém, algo que ela traz de forma bem marcante foi sobre quando sua mãe, por ser semianalfabeta, resolve colocá-la em um reforço escolar, para que ela pudesse resolver suas atividades de casa.

“A professora de reforço tinha outros alunos além de mim, quando eu terminava a atividade, assim como na escola, eu ia ajudar meus colegas. Até que um dia minha mãe descobriu que eu estava ajudando os outros colegas e disse: Aí, eu tô pagando para você dar aula para os outros meninos, pois vou te tirar do

reforço. Aí me tirou. Pouco tempo depois eu fui procurada por algumas mães de colegas de reforço, pergunta se eu poderia fazer reforço com os filhos delas”.

Silvinha nos conta que, após sair do reforço, devido a essa grande procura das mães de seus/suas colegas, começou a dar aulas de reforço. Ela confessa que se fosse para escolher uma profissão que ela pudesse de fato optar, escolheria sem titubear, ser atriz. Mas por conta de todo o contexto da época, não conseguiu realizar essa vontade. Dessa forma, a mesma nos conta que realizou um teste vocacional, no Ensino Médio, onde o mesmo mostrou 5 (cinco) profissões: arquitetura, psicologia, artes cênicas, pedagogia e letras. Por gostar muito de língua portuguesa, pela facilidade de ler, ter sempre as maiores notas nessa disciplina, acabou por escolher letras.

Os espaços ocupados por professoras trans e travestis são marcados por muitos momentos de resiliência e confrontos ganhos e perdidos advindos da vivência na educação básica e também superior. Percebemos que as experiências boas que elas viveram ao longo de suas existências fortalecem suas identidades para continuarem suas vidas acadêmicas, elas se inspiram e inspiram pessoas a sobreviver, a levar o conhecimento que as pessoas não adquirem com facilidade.

Ao final do Ensino Médio, prestou vestibular para Universidade Federal do Ceará no ano de 2008, obtendo êxito já para o primeiro semestre. Continua dizendo que tudo aconteceu muito rápido, por ainda estar cursando o 3º ano do Ensino Médio, acabou por ter tido pouquíssimo tempo para a transição para o Ensino Superior. Ela enfatiza que iniciou sua graduação ainda com 16 anos de idade, sendo assim ainda mais desafiador estar naquele ambiente. Quando nos relata sobre todo o seu percurso da Educação Básica, Silvinha pontua que fez toda essa trajetória em instituições de ensino privadas, na região de Fortaleza. A Educação Infantil cursou na Escolinha Tia Elaine e os Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio, na Escola Imaculada Conceição, escola de vertente católica, tradicional e coordenada por freiras.

“No período que eu estudei no Imaculada, eu tenho mais lembranças positivas do que negativas. Tinha tudo para ser negativo, por ser uma escola de freiras. E dessa forma espera-se uma atmosfera de repressão para um garoto que manifesta uma identidade de gênero feminina. Isso que eu era, sempre fui

um garotinho na visão externa, com uma forte tendência feminina. E eu não sentia as violências de forma tão impactante. Eu lembro bem, que nas séries iniciais (1º, 2º e 3º ano) eu tinha o cabelo comprido, bem encaracolado e um rosto bem feminino. Às vezes as mães dos/as meninos e meninas da escola perguntavam à minha mãe o porquê de eu usar farda de menino (elas achavam que eu era menina), mas minha mãe dizia: porque é um menino)”.

A situação chegou ao ponto de a diretora pedir a minha mãe cortar o meu cabelo, pelo fato de eu estar sendo constantemente com menina. A princípio, Silvinha frisa que sua mãe resistiu, por achar que não deveria fazer isso, primeiro porque não era seu desejo enquanto mãe e segundo porque não era um desejo do próprio filho, à época. Porém, por conta de uma situação de saúde onde Silvinha ficou alguns dias sem andar, ela declara que sua mãe fez uma promessa, para que caso ela voltasse a normalidade, cortaria seu cabelo. E assim foi feito, com o retorno dos movimentos das pernas de Silvinha, sua mãe cumpre a promessa.

É neste momento em que tudo poderia ter desandado e pessoas que não possuem a força necessária começam a desistir do plano de se formarem. “Começa aí o processo de estigmatização que se desenvolverá como ondas, propagando-se da família para a comunidade, da comunidade para a escola, para os serviços de saúde e os demais espaços de contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir” (PERES, 2009, p. 239).

Silvinha rememora uma situação que aconteceu durante o início da puberdade. Por visualizar todos os meninos buscando se relacionar com meninas, ela nos conta que foi tentar fazer igual. Durante um festival de poesia, Silvinha fez uma declaração para uma menina, que no momento se levantou e disse: “você não se enxerga, você é viado”. A partir desse dia começou a visualizar de forma mais evidente sobre seus comportamentos e sua identidade, até então Silvinha não tinha ideia disso, mas começou a se perceber enquanto garoto afeminado. Com o passar do tempo, Silvinha iniciou um novo ciclo e começou a perceber o que realmente interessava. Ela nos diz que refletiu sobre tudo que aconteceu, se sua conduta era errada ou não, mas de fato percebeu que aquela era a realidade que ela se sentia bem. Apesar de estudar numa escola que tinha características católicas bem marcantes, nunca passou por situação alguma de repressão. Ela relata que tudo na escola era falando sobre

amor e sobre compreensão, e isso se refletia de forma bem explícita no convívio diário com todas as pessoas que faziam parte da escola.

“Eu lembro que eu já gay assumido na escola, deixei meu cabelo crescer de novo. Já era outra diretora e não tinha mais o que implicar. Quando o cabelo cresceu eu lembro que fui convidada pela vice-diretora para interpretar Jesus na Paixão de Cristo da escola. Eu lembro que as minhas colegas mais próximas chocadas dizendo que se a irmã soubesse que eu era viado e que vai interpretar Jesus, e eu logo respondi a elas que calassem a boca que ela já deveria saber e ela chamou porque ela quis e eu aceitei e vou dramatizar porque eu gosto. Eu fiz isso, foi um sucesso estrondoso e tudo ocorreu bem”.

Já no último ano do Ensino Médio, Silvinha, sabendo que não estaria mais lá na escola, resolveu aprontar todas. Muito afeminada, ela nos relata aos risos que fazia tudo que não podia. À época a mesma fazia resumo para estudar e assinava como professora Silvia. Os/as colegas de sala tiravam cópias e era um sucesso. Até que um dos seus professores, o de História, descobriu e foi querer saber quem era a tal professora. Perguntou a classe de quem se tratava por não conhecer nenhuma professora Silvia. A sala de aula, aos risos, entregou a “professora”, citando seu antigo nome de registro civil. Silvinha nos conta que o professor de história ficou sem entender nada.

Ao final do ano, na formatura, Silvinha foi escolhida, como oradora da turma, à época orador. “Quando a gente foi se organizar para a formatura mandaram fazer todas as cartilhas para as famílias da turma. Todos brincavam com a minha cara, dizendo que eu não era orador e sim oradora, pois acredita que na impressão da cartilha veio oradora?! Foi tudo muito divertido, a transfobia de fato não chegava para me agredir”.

Silvinha nos relata que só aconteceu um episódio que foi bem marcante na sua trajetória, onde um professor pediu para que ela parasse de viadagem na sala de aula. Ela fez a denúncia para a direção, que logo tomou a medida de demitir o professor. Ela nos fala que isso era uma forma de acolhimento bem-vista pela mesma, por todo o contexto da escola e por tudo que a instituição representava dentro da conjuntura religiosa.

“Eu mandei um bilhete para um colega da sala de aula, marcando um encontro no banheiro após a aula. O bilhete circulou, o menino não guardou para ele. Até que chegou à

professora de biologia. Ela pediu para que a turma parasse de rir e brincar. Depois me chamou no canto e disse que quando eu tivesse a fim de algum menino, eu chamasse a pessoa em particular e dissesse o que sentia, para que se houvesse o não, só quem saberia era quem estava na conversa. Voltamos para a sala e a professora se desfez do bilhete e deu um sermão na turma e ficou tudo bem”.

Não há como relatarmos uma história de pessoas trans ou travestis, sem que haja um episódio de preconceito, houve uma marginalização destas pessoas, onde as mesmas não conseguem dispor de seus direitos como cidadãs e cidadãos, dentre tantos obstáculos impostos pela sociedade, pelos sistemas educacionais que muitas vezes não ensinam educação, mas sim a falta dela. O discutir sobre as políticas públicas voltadas para a relação entre população trans/travesti e educação, Adriana Sales confirma nossas argumentações:

Nessa discussão, elas são as últimas a serem inseridas, as últimas a serem pautadas, as últimas a serem pensadas como elemento de uma escola, porque nós não temos um número significativo de meninas no contexto escolar. [...] Para essas meninas com a letrinha “t”, travesti e transexuais, só resta a prostituição, o mundo da marginalidade. Porque se não está na escola, acaba sobrando a rua para ela, porque a família expulsa de casa, ela não tem mercado de trabalho propício. Indo para a rua ela esquece, ignora realmente a existência da escola (Adriana Sales, Cuiabá-MT, novembro de 2010).

Silvinha reforça sobre a importância desse tipo de acolhimento positivo dos/as professores/as para com as pessoas LGBT+ na sala de aula, comprovando que a educação é transformadora e pode abraçar a todas as pessoas. Ainda sobre a educação básica, no que diz respeito ao uso do banheiro, a entrevistada nos relata que por estar no processo de entendimento de sua identidade de gênero, não teve situações que de fato a excluíssem, porém relembra que por ter uma expressão de gênero dita feminina, aconteceram situações que eram meio engraçadas.

“Tinha uma freira bem idosa que ficava na porta do banheiro, era uma espécie de inspetora. Eu ia com as minhas amigas de mãos dadas para o banheiro e quando eu chegava na porta, minhas amigas entravam e eu ficava na porta esperando, aí ela dizia para eu entrar. Acredito eu que, por conta das minhas características femininas, ela não percebia. Dessa forma, às vezes eu entrava. Mas quando tinha outra pessoa da escola perto do banheiro, fora a senhorinha, eu não entrava.”

Poder vivenciar relatos positivos, mesmo com todos os aspectos referentes a desinformação, pondera a real intenção de visualizar a presença de pessoas trans e travestis em ambientes escolares. Silvinha relata que no que diz respeito a incentivos para estar dia a dia ligada a educação e cada vez mais fazendo parte da sua trajetória, a vontade de ser docente está ligada a duas dimensões, a primeira é ao incentivo das professoras da escola e a segunda está ligada a questão vocacional, por estar sempre interessada em ajudar todas as pessoas por meio do conhecimento.

Ao voltarmos nosso olhar para estas situações em que ocorrem a maioria das vezes no ambiente escolar, outra professora Letícia Carolina, a primeira travesti na Universidade Federal do Piauí, relata em entrevista sua vivência de transformação:

Eu fui professora da rede pública de ensino de Luís Correia, como professora efetiva. Passei sete anos lá no ensino fundamental. Durante dois anos, passei pelo processo de travestilidade, único espaço que ainda reservava a minha identidade masculina foi a escola. Nos últimos meses minha presença como homem ficou apenas lá. Foi um processo que iniciei em 2017 em uma palestra que dei sobre teoria queer. Chamava “Corpo Sem Órgãos” e fui de Letícia. Foi a primeira vez que eu assumi esta identidade. A partir da palestra, Letícia virou uma personagem que ministrava cursos e palestras. Mas aí comecei a dar aulas na Uespi [Universidade Estadual do Piauí], universidade que eu era vinculada como substituta, e comecei a dar aulas como Letícia. Comecei uma pegada de gênero fluido. Eu fluía da identidade masculina para a feminina de acordo com meu interesse. Quando eu queria botar um vestido e uma maquiagem, eu ia de Letícia. Mas também ia para a identidade masculina sem problemas. Só que a Letícia começou a chegar bem mais, aos poucos. As pessoas começaram a perguntar se me chamariam de Letícia ou meu nome civil, e deixei todos a vontade. Aos poucos todo mundo só chamava só de Letícia e aos poucos virei apenas Letícia. Foi um processo onde uma transição passou a ser permanência. Mas em muitos momentos, mesmo quando eu estava com a identidade masculina, as pessoas já me chamavam de Letícia. Nos últimos meses não importava se eu estava de vestido ou de camisa gola polo. A escola foi o único reduto que reservei isso. Não fiz o processo 100%, fiz em etapas. Eu até me cobrava com isso e questionava minha própria militância, mas o processo de cada um é individual. Não preciso me culpar por isso. Eu brincava de gênero (Letícia Carolina, 2019).

Certo de que momentos assim são marcantes na vida de pessoas trans e travestis, Silvinha, nossa entrevistada nos relata uma situação bem inusitada, quando por motivo de doença do professor de matemática, Silvinha acaba por fazer uma espécie de monitoria: *“Eu tinha um professor de matemática que por conta de um problema na coluna, sempre se atrasava. Uma vez que ele só chegou nos cinco minutos finais da aula e eu não parei, porém ele falou: Se você quiser parar eu posso continuar. E eu disse: não, eu vou continuar, pois só faltam cinco minutos. Ainda reforcei que ele deveria repassar os valores da aula para mim (risos)”*. Depois do episódio, ela nos relata que ambos ficaram distantes, ela acredita que foi por conta da situação.

Silvinha ainda nos conta, que por ser muito boa em língua portuguesa, suas redações eram utilizadas como textos de avaliações da escola, por muitas vezes escrevia bastante na lousa e sempre recebia elogio de professores/as. Sobre o apoio em casa, por sua mãe não ter tanto entendimento sobre leitura e escrita, o mesmo não acontecia. Mas, ainda assim ela foi bem nos estudos. A entrevistada lembra que sempre ajudava a todas as pessoas da família com os estudos, porém ressalta que em momento algum teve incentivo para que continuasse sempre promovendo essas ações de ajuda.

Sobre o percurso de Silvinha no Ensino Superior, ela nos conta que esteve na Universidade Federal do Ceará, por dois períodos. Inicialmente quando entrou, por estar muito envolvida com o movimento estudantil, acabou reprovado por faltas e sofrendo jubilamento. Por esse motivo teve que fazer novamente o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, para que pudesse continuar o curso de Letras. Esse primeiro período antes do jubilamento, foi cheio de frustrações.

“Tudo o que eu não sofri na escola, eu sofri na graduação. Por quê? Porque na escola eu era uma identidade de gênero masculina gay, mas na universidade eu era uma identidade de gênero feminina. Teve o problema do banheiro, onde várias estudantes não concordavam que eu usasse o banheiro feminino, tive problemas com a biblioteca de Ciências Humanas da UFC, porque a diretora da biblioteca proibiu o uso do banheiro feminino por travestis. Ela me proibiu de usar o banheiro da biblioteca e isso teve um impacto muito grande na minha formação, eu passei a odiar a biblioteca. Lembro que eu pedia para os meus amigos pegarem o livro para mim e eu ia ler em outro lugar. Até hoje eu não gosto de passar por lá”.

Silvinha completa que as estudantes do gênero feminino realizaram uma ação articulada para impedir que ela usasse o banheiro feminino. Procuraram Centro Acadêmico – CA, que disse que não se envolveria nessa discussão, procuraram a coordenação dos cursos de letras, que disse que não tinha competência sobre isso e, por fim, foram até a diretora do centro de humanidades. Ela nos relata que soube de toda essa articulação e ainda que por conta dessa situação a diretora já estava pensando em um terceiro banheiro. Silvinha nos conta que, ao saber de tudo, rapidamente, foi falar com a diretora e explicou a mesma, por meio de argumentos consistentes, que isso geraria um problema maior. A diretora concordou com as falas e disse que ela deveria usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. Nessa conversa positiva, a diretora juntamente com Silvinha pensou que essas ações afirmativas precisavam ser legitimadas e documentadas. Aconselhada a procurar o Centro Acadêmico do curso de Letras, para pensar nessas ações, Silvinha assim o fez. Ao chegar no CA, foi acolhida, porém, soube que a gestão do centro estava se encerrando. Todos/as gostariam de colaborar, mas por conta dessa finalização de mandato, não podiam agir de forma pontual.

“Aí eu resolvi não esperar por uma próxima gestão, eu mesma me candidatei. Juntei amigas e amigos, formei uma chapa, disputei a eleição do Centro Acadêmico e venci. E daí eu comecei, pelos meus próprios meios, já que eu quero, pois vou correr atrás. Eu fui a presidenta do Centro Acadêmico, a primeira presidenta travesti de centro acadêmico, no Ceará, lutei para ser essa referência e ao mesmo tempo lutar por algo que pudesse garantir os direitos de pessoas travestis e transexuais na universidade”.

Nesse momento, vemos mais uma vez a questão das lutas pelas quais as classes excluídas da sociedade precisam lidar durante suas vidas, isso os leva normalmente, ao fracasso escolar, a injustiça e a humilhação, conforme nos lembram Bergiar e Xypa (2013), referindo-se ao fato de só existirem três caminhos para pessoas que estão nessa posição, que seriam: aceitar, se revoltar ou lutar. Vemos que nossas entrevistadas guerreiras resolveram pelo caminho mais longo, mais difícil, o trajeto da luta.

Continuando os nossos relatos, Silvinha destaca que, concomitante a eleição do Centro Acadêmico, inscreveu-se para o Diretório Central dos Estudantes – DCE, e passou a atuar na secretaria de direitos humanos e

combate às opressões, de modo a elaborar a proposta da utilização do nome social e do respeito das identidades travestis e transexuais. Em 2013, após algum tempo dessa situação, confessa que sofreu uma ameaça de morte, por parte de um outro aluno da universidade, campus de Quixadá/CE. A ameaça foi feita virtualmente, em um fórum de discussão da rede social *Facebook*. Afirmo que isso aconteceu após se apresentar enquanto travesti, presidenta do centro acadêmico e membro do diretório dos estudantes. O estudante desferiu vários xingamentos e, no decorrer das mensagens, esse aluno a ameaçou de morte, dizendo que conhecia vários pistoleiros em Fortaleza/CE e poderia acabar com ela.

Após o ocorrido, Silvinha procurou a reitoria da universidade e relatou o fato e a ameaça de morte, fez pressão e contou que já vinha há dois anos tentando legitimar vivências de pessoas trans e travestis na universidade. Explicitando a urgência em ações assertivas para que a população de trans e travestis tivessem garantias mínimas dentro desse espaço, inclusive mostrando prints do ocorrido. O reitor à época se mostrou bastante preocupado e favorável e na reunião seguinte do Conselho Universitário, maior instância de deliberação da universidade, foi votado a garantia do uso do nome social e todas as prerrogativas de acordo com a identidade de gênero, inclusive o uso dos banheiros. A resolução 32/2013 de 04 de outubro de 2013 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará.

“Não foi uma vitória minha. Foi uma vitória de todas as pessoas trans e travestis da universidade, pois eu não era a única. Eu era a única que estava no movimento estudantil lutando para que a pauta fosse discutida, mas existiam várias pessoas trans e travestis, dentro da universidade sofrendo suas transfóbicas diárias e que precisavam dessas conquistas. Foi uma conquista nossa!”.

Segundo a entrevistada, foi a partir desse marco que ela não parou mais a busca por direitos. Após isso, vieram outras conquistas, tais como o uso do nome social na carteirinha de estudante. Silvinha concluiu a graduação com um orgulho tremendo por ter feito parte da construção de todas essas lutas. Neste momento, voltamos nosso olhar a mais um momento delicado da vida de nossa entrevistada. Conforme Xypas e Santos (2013, p.07), já referenciados aqui: a “luta por reconhecimento” constitui a explicação fundamental das lutas

humanas”. Este reconhecimento que todos desejam, as pessoas trans e travestis também o merecem.

Silvinha nos trouxe algumas contribuições sobre sua trajetória escolar que estão diretamente associadas à sua militância política. Percebemos que sua presença no movimento estudantil está ligada as suas memórias enquanto líder de sala na época da Educação Básica. Estar no movimento estudantil era poder exercer sua característica de liderança, poder discutir políticas que estão entrelaçadas na sociedade. Apaixonada pelas lutas populares sociais, ela elucida que participa ativamente do movimento de mulheres, de LGBT, antirracistas, enfim, das divesas minorias, e nesse contexto foi se aproximando de movimentos políticos.

“Aí surgiu a oportunidade de ser candidatar, primeiro a deputada estadual, em 2014, onde eu abracei o desafio e tirei 1203 votos, com uma pauta puramente estudantil. Já em 2018, estava mais madura, vi que eu não podia falar apenas para a classe estudantil, eu tinha que falar para a população de modo mais amplo, mas definindo que as minhas bandeiras eram de mulheres e movimento LGBT e o desafio foi ser candidata a deputada federal”.

Ela expõe a imensa responsabilidade ser candidata, destacando que foi uma experiência muito rica e muito valorosa; todavia, muito cansativa. Hoje ela decidiu dar um tempo das disputas eleitorais, mas o sentimento de estar presente dentro desses espaços é sempre muito bom.

Neste momento, nota-se com mais evidência a enorme beneficência de estar em espaços antes não ocupados por pessoas trans e travestis, é aqui que elas vão motivar outras pessoas a se engajarem e lhes devolve a dignidade retirada ao longo dos anos de preconceito. Assim, é deveras importante a criação e o fortalecimento de estabelecimentos sociais, de candidatos/as que representam essa classe, pois assim ‘informalmente’ as pessoas também vão se educando, corroborando com o pensamento de Gohn (2006) sobre o que se espera alcançar a partir da educação não-formal, diz que a “educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos” (GOHN, 2006, p. 30).

Além de todas essas experiências, Silvinha nos relata que, associadas a toda a sua história, suas oportunidades de docência, seja como professora de reforço, seja por meio da militância educativa, somam-se 16 anos. Ela enuncia que possui alunos/as que já estão na universidade, inclusive uma aluna de reforço, de 40 anos, que passou no vestibular e pediu para que Silvinha a ajudasse no percurso acadêmico. Ainda acrescenta que muito embora tenha formação em Letras-Literatura, nas aulas de reforço, atuou muito nas disciplinas de matemática e física. Além das aulas de reforço, Silvinha atuou em alguns projetos sociais de alfabetização, bem como no estágio de docência, em escolas municipais da periferia de Fortaleza/CE.

“Estou sempre buscando ser docente em tudo o que faço. Faz cinco anos que estou no serviço público e estou sempre dando um jeito de ser docente. Seja na capacitação de servidores ou formação de jovens e adultos. Passei quatro anos trabalhando com a temática mulher, foram quatro anos trabalhando enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher, trabalhando a lei Maria da Penha, passei dois anos na caravana de combate a violência contra a mulher nas escolas, que era um projeto da assembleia legislativa do Ceará. E está com quatro meses que estou no Centro de Referência Estadual LGBT Thina Rodrigues, onde estou com a pauta LGBT+. Realizei várias capacitações com profissionais no interior do estado, depois que assumi a coordenação desse equipamento. Não importa onde eu esteja, sempre estou exercendo a docência e tenho muito orgulho disso”.

“A gente precisa superar as nossas barreiras. A gente precisa acreditar que somos totalmente possíveis de reflorescer: relato de Lucivânia Sousa

Lucivânia Lima de Sousa, tem 31 anos de idade, e é bacharela em Serviço Social desde 2012, pós-graduada em Docência e Metodologia do Ensino Superior e atualmente está cursando a pós-graduação em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC. Ela explica que a sua militância se inicia com a pauta da população LGBT, mas acrescenta que depois se dissemina e agrega também a outras pautas: mulheres em situação de prostituição, pessoas negras, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população indígena e pessoas com transtornos mentais. A concretização dessa ampliação acontece

de fato, após o convite para se tornar assessora da vice-prefeitura de Fortaleza-CE, justamente para lidar com essas pautas identitárias.

A professora nos explica que a origem do seu nome, que é retificado, não é de nenhum lugar em específico, porém explica que durante a infância, sua mãe usava um apelido que, em seguida, consolidou a ideia do nome. Frisa ainda que não seria Lucivânia, mas sim Lucy, mas por todo o contexto da época e por querer de alguma forma associar a essa vivência da infância, utilizou o primeiro. Lucivânia realizou a retificação do seu nome ainda por vias jurídicas, diferente da maneira atual, que é realizada diretamente no cartório. Mulher transgênera, heterossexual, se identifica como travesti por uma questão política. Natural de Morada Nova, no Ceará, de família com origem humilde, enfrentou muitas barreiras para chegar na capital.

“Nasci em Morada Nova e vim para Fortaleza com 5 anos de idade. Comportamento de um processo de vir sobreviver num período bem difícil, venho de uma família bem humilde, mesmo. Mas eu venho de um lugar, de uma família que já passou por muita dificuldade. Quando a gente sai de Morada Nova a gente vem sobreviver, em Fortaleza. A gente não tinha o que comer. E como eu e meu irmão somos adotados, meus pais não planejavam mais dois filhos para dar o que comer. Então os outros quatro filhos deles estavam ali, sobrevivendo, de repente surgem mais duas crianças que os pais não tinha como criar e que eles tiveram que se virar para que essas crianças não morressem de fome”.

Lucivânia nos conta que é adotada por uma de suas irmãs mais velhas, filha de seu pai com uma outra mulher. Ela e seu irmão passam a conviver com a irmã como se fossem filhos dela. Relata ainda que seu pai biológico, prometeu a essa irmã, que daria assistência aos filhos dando-lhe uma casa e ajudando no que fosse preciso, para que ela adotasse os irmãos, porém isso não aconteceu. A professora relata que sua mãe biológica tinha transtornos mentais e que engravidava frequentemente, após cada gestação, ela tinha surtos e acabava por doar seus filhos. Para que isso fosse evitado, quando a mãe de Lucivânia passa pela sua gestação e do irmão, a irmã mais velha, filha somente do seu pai e enteada da mãe biológica de Lucivânia, resolve ficar com eles.

“Muita coisa eu vou saber anos depois, décadas depois. Eu os vejo, pai biológico e mãe biológica, Seu Manoel e a Raimunda, uma única vez na vida. Há uns doze, trezes anos, de uma passagem por Morada Nova e aquela coisa de interior neh?! Ah, a gente vai visitar, então vamos ver seus pais! Aí a gente passou, uma experiência surreal de vê-los. Não conseguia processar, essa mulher é minha mãe? Esse cara é meu pai? E foi a última vez que os vi, nesses 31 anos. Ele faleceu em 2007 e ela ainda é viva”.

Lucivânia relembra que sua referência de mãe é Catarina, sua irmã, e José, esposo, e os filhos do casal são as pessoas que representam seu contexto familiar. Atualmente, a professora Lucivânia está solteira, porém nos explica que viveu durante sete anos com uma pessoa e hoje ela está aberta a novos afetos. Ela nos fala que o contexto pelo qual foi formado seu relacionamento condiz com perspectivas que anulam os corpos de pessoas trans em detrimento de uma cis-heteronormatividade padronizada, que machuca e, por muitas vezes, acaba por culminar em relacionamentos tóxicos.

“Não estamos falando de um biscoito que você vai na padaria e compra, estamos falando de uma cirurgia que custa oitenta mil reais... além de você passar por todo o processo e ouvir que você não pode ter um filho. Assim você começa a perceber que você não se amava, que você não tinha afeto por você”.

Lucivânia nos conta que sempre quis ser psicóloga, porém, por diversos fatores, ainda não pôde realizar o sonho. Mas o Serviço Social veio na perspectiva de percepção que as questões sempre a atravessavam. Ela reforça que por de fato ter tido muita dificuldade na Educação Básica a impediram de alguma forma de cursar o que gostaria. Mesmo estando dentro de um contexto de universidade privada, porém foi lá que conseguiu desenvolver muitas ideias e construir suas potencialidades durante a realização do curso em Serviço Social.

Ela nos explica que, muito embora não tenha tido uma rotina acadêmica muito marcante dentro dessa perspectiva, sempre buscou agregar conhecimentos relativos à extensão e pesquisa. Ao concluir o curso de Serviço Social, em 2015, dá um tempo para poder trabalhar. Após isso, inicia a pós-graduação em Docência do Ensino Superior. Seu gosto pela sala de aula vem desde muito cedo – ainda quando era monitora do curso de teatro na comunidade onde ela morava. Dessa forma, sempre buscou, dentro da sua

rotina acadêmica e formativa, perceber os diversos contextos que entrelaçam todo esse processo formativo e de desenvolvimento do conhecimento.

Em 2018, concorreu a uma vaga para lecionar no curso de Serviço Social, na Universidade UNIASSELVI. Fico como professora do curso por dois anos, até o início da pandemia, por conta de uma redução no número de matrículas. Para além disso, sempre questionou muitos posicionamentos religiosos dentro do contexto da universidade, por ser um espaço cheio de evangélicos. Sempre botavam muitos obstáculos para a realização de muitas atividades, ações e/ou datas alusivas.

“A universidade não pensava em algumas datas alusivas. Mas houve uma ação que foi ali na praça da Messejana e eram ações voltas para a prevenção do HIV, Aids e outras ISTs, prevenção ao suicídio e prevenção ao câncer de próstata. E eu levei os meus alunos para que a gente ter essa experiência do campo, dialogassem com as pessoas, disseminassem informações, colocassem em prática esses primeiros contatos que são muito necessários. Antes da minha fala, teve a fala de um pastor, eu não lembro, mas era uma pessoa da Igreja e ele fez todo um discurso voltado para a prevenção ao suicídio dentro de uma vertente, a vertente era... você tem como se salvar se você procurar Jesus... resumindo tudo, quem procura Jesus, quem está na Igreja não tem razões para cometer suicídio. Então eles deturpam muita coisa... são falas que geram gatilhos”.

Lucivânia alega que pegou o microfone e refutou tudo que o colega falou. Ela nos conta que foi horrível essa experiência porque queriam silenciá-la, chegaram até a dizer que o equipamento de som era da igreja. Naquele momento, por todas as questões religiosas, ela acaba por gerar muitos conflitos na universidade. Mesmo com toda a situação, Lucivânia reforça que a experiência em sala de aula, nesse espaço, foi bem enriquecedora, produtiva, mas ao mesmo tempo um pouco frustrante. Entretanto, ficou perceptível que tratar sobre direitos humanos, mesmo estando num curso de Serviço Social, não era um ponto interessante. Além de alguns alunos que, por conta da religião, acabavam querendo cercear algumas falas. Isso tudo faz com que Lucivânia se afaste das salas de aula.

A professora Lucivânia relata que cursou a Educação Infantil, na extinta Escola Smile, localizada no bairro Araturi, na cidade de Caucaia-CE. Ela nos conta que tem poucas memórias desse período, mas uma bem marcante é sobre o parquinho da escola, além de algumas fotos. Por ser muito pequena, não

recorda de muitas situações de preconceito. Já no Ensino Fundamental, compreendendo-se e percebendo-se como uma criança transgênero, não gostava da sala de aula, além de muita dificuldade de estar em espaços de socialização, por causa do desejo/interesse por meninos, mas por conta da interação dificultosa que tinha com os demais.

Ela nos conta que se sentia constantemente observada e criticada, achava seu corpo sujo e não aceitava aquele papel de gênero masculino e nem com a performance masculina. Embora não tivesse sido vítima de nenhum episódio marcante de violência relacionado ao início da sua percepção enquanto gênero feminino, relembra os muitos apagamentos de desinteresse em ensiná-la, silenciamentos, negligências e preconceitos velados. Corroborando ao relato de Lucivânia, temos a visão de Bohm (2009, p. 14) sobre os riscos e dificuldades de se ganhar espaço sendo trans ou travesti: “a interação destas pessoas em espaços institucionais, e aqui falo em especial da instituição ‘escola’, torna-se para as travestis uma experiência cruel, já que a permanência delas nestes espaços, quando se mantêm, é constantemente atravessada pela hostilidade, pela imposição de modelos de vida e de condutas cis-heteronormativas, que reiteram a ideia da representação travesti como anormal, não-natural e monstruosa”.

No oitavo ano, Lucivânia ainda não tendo realizado a transição, rememora o processo de autoabandono: *“Eu não gostava de nada e eu tinha nojo de tudo, mas eu queria muito estudar, eu vinha de uma família muito pobre e eu sabia que se eu não estudasse eu não teria nada. A gente ainda passava por muitas dificuldades. Então, eu não estudei por eu queria fazer, por era meu sonho de vida, somente, eu estudei para eu não passar fome”*.

Nesse período, por se tratar do período de transição de criança para adolescente, percebeu algumas características masculinas, que iam na contramão do seu real desejo, começou uma espécie de jogo de comprovação, onde ela mesma precisava provar para a sua família que era uma menina e não um menino. Nesse processo, ela relata que sofreu muito. Nos seus quatorze anos, ela desejava contar para sua família, que eles haviam adotado uma menina. Ao perceber toda a conjuntura complicada daquele processo, Lucivânia inicia um processo de pensamentos suicidas. Ela relata que planejava seus

suicídios, por não aceitar estar vivendo aquilo. Fazia um trabalho de esclarecimentos para que as pessoas compreendessem sua realidade, trazia a referência da Roberta Close, para que as pessoas tentassem minimamente compreender o que eu era.

“Eu lembro que eu contei para uma prima que eu queria ser mulher, não usamos as expressões que usamos hoje naquela época. E aí ela falou para todo mundo e foi um auê na família, aquela coisa toda. Lembro da decepção da minha mãe, e aí eu fui resistir. O que me salva no Ensino Fundamental, no oitavo ano sobretudo, foi um cara hétero, lembro e tenho contato com ele até hoje, o Francisco. Francisco foi um menino que fez com que todas as minhas expectativas sobre o que era ser ruim caíssem sobre terra. Francisco era aquele menino boy que ficava com todas as meninas da escola. E ele vem do nada para minha vida. Aquelas duas pessoas que não tem absolutamente nada a ver e quando ele chega na minha vida, nos últimos anos do Ensino Fundamental, por que eu o defendi em uma determinada circunstância, ele criou uma confiança, um espaço de escuta ativa. Naquela perspectiva, a gente começa uma amizade, na verdade um grande afeto, um namoro sem ser namoro. E Francisco foi quem me salva, Francisco foi que me fez sorrir por muitas vezes”.

Francisco, segundo Lucivânia, foi quem a fez sorrir e repensar sobre muitas ações que estavam previstas em seus pensamentos, mas que por conta dele, ela desistia. No contexto de Ensino Médio, Lucivânia nos relata que o que a salvou foi a arte. Ela participava de todas as ações que envolviam arte, teatro. Eram caminhos que eram abertos para a sua sobrevivência. Ela relembra que se afastou da igreja, por conta de atitudes lgbtfóbicas, onde mães de alguns amigos não aceitam que os filhos participem de atividades em que ela estava. O contexto em si foi muito violento, por todas as situações que ela diz ter vivenciado. Seja por querer estar inserida em espaços de socialização ou por querer de alguma forma vivenciar contextos cis-heteronormativos para tentar aliviar essas tensões.

“No Ensino Médio, as pessoas estão namorando aquela coisa toda, e você se percebendo uma pessoa que não tem prazer, parece que seu corpo não existe. Que o afeto não é para você. Evidentemente eu tinha interesse nos meninos, mas eu tentei até me dizer uma pessoa que gostasse de mulheres, ainda que elas também fossem transfóbicas, dizer na minha cara que não ficariam comigo, que não tinha nada haver, que blá blá, aquela coisa bem perversa. E eu fui tapeando a sobrevivência num espaço que não era para mim. Eu odiava estar ali, no Ensino Medio foi onde eu mais planejei. Eu lutava cotidianamente contra o suicídio”.

Lucivânia conta que teve muitas percepções sobre essas situações cotidianas, por conta de toda a falta de entendimento sobre sua identidade de gênero, seja na utilização de pronomes masculinos, roupas masculinas, o corte de cabelo, professores/as que não queria me ensinar, que sequer a olhavam na cara e diversas violências transfóbicas. Ela reforça que nunca teve incentivos para estudar, por conta de sua família muito pobre. Relata que sobre o que lembra, era que uma irmã, Eliene, que tinha mais paciência de ensinar as tarefas da escola e de fato comemorava suas conquistas. Embora, ela relate que teve muitas dificuldades de aprendizagem, por ter começado a falar com oito anos de idade e por conta de um déficit de atenção. Sua mãe adotiva também foi uma grande incentivadora, era ela quem juntava cada centavo para ela pudesse estudar.

Formada em Serviço Social pela Faculdade Terra Nordeste - FATENE, ela nos conta que, na época da faculdade, fez muito esforço para entrar no Ensino Superior, que era privado, por visualizar o tempo passando e vendo a necessidade de se graduar para poder pensar numa inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, lembra que não teve o privilégio de poder esperar passar no vestibular de uma universidade pública, por conta da necessidade arrumar um emprego. Não teve a oportunidade de se dedicar ao curso, por conta da necessidade de subsistência. Mas se orgulha bastante de ter sido a primeira de muitos filhos a adentrar o espaço da universidade.

Sua transição, de fato, acontece nesse período do Ensino Superior. Ela encontrou muito apoio dentro desse ambiente. Seja por repreensão de alguma atitude de algum professor naquele no respeito do seu nome social, ou seja, por alguma atitude de algum colega que se desenha como transfóbica. Por não trabalhar na época, enfrentava muitos desafios, por conta de o curso ser presencial e todos os dias. Ela nos conta que ajudava estudantes da sua turma e de outras em algumas atividades, de forma remunerada, para que pudesse garantir algum dinheiro e pagar suas passagens.

Dentro do contexto de marginalização em que se encontram muitas famílias da sociedade brasileira, e aqui no Ceará não é diferente, as diversidades mesmo para se chegar ao local de estudo endurece ainda mais a corrida para o objetivo de se formar. No caso de nossa entrevistada, não é diferente, não por

ser trans, neste momento, mas por estar dentro da classe pobre e não ter oportunidades. Relata que: *“Aconteceram situações que eu fui a pé até o terminal do Antônio Bezerra, porque eu não tinha o dinheiro da passagem... as memórias ruins me remetem muito a isso, a fome, o andar a pé. Um exemplo muito, muito triste, que eu já superei, mas hoje eu paro e penso como seria diferente, foi não ter dinheiro para estar na foto da turma... eu não estou na foto da turma”* (LUCIVÂNIA, 2022, s. p.). Ela reforça que foi a partir daí que parou de esperar e começou a lutar e correr atrás.

Por muitas questões que remetem a possibilidade de perda de emprego, ela nos conta que a princípio não fala sobre sua identidade de gênero. Mas após um certo tempo procura conscientizar as pessoas sobre a importância do respeito. Na sala de aula, enquanto docente, sempre buscava priorizar o diálogo assertivo e que buscasse potencializar cada estudante. Ela narra que sempre incentivou sua turma para com a importância da dedicação para que obtivessem êxito no futuro. Por estar inserida no contexto do Ensino Superior, sempre lidou com estudantes adultos. Dentro do espaço de trabalho, acredita ela, que por ser uma mulher transgênero, muitas vezes se percebia excluída de algumas discussões, de alguns grupos privados, o que para ela se trata de transfobia estrutural. Ela relembra ainda que não sabe se voltaria para sala de aula, por conta de toda a conjuntura e percepções que teve nessa experiência. E termina a entrevista com a frase que foi anteriormente citada: “A gente precisa superar as nossas barreiras. A gente precisa acreditar que somos totalmente possíveis de reflorescer”.

Apreendemos assim que a escola é um dos principais desencadeadores desses processos de exclusão, expressos por uma violência anunciada, em sua maioria, por parte do corpo discente e outra violência velada e/ou silenciada, pelos/as agentes escolares. Seus relatos nos mostram, da mesma forma que encontramos nas falas de Louro, Bento, Xypas, citados aqui, que crianças, jovens que são trans ou travestis ou homossexuais desenvolvem uma exclusão acima da média no cotidiano escolar, revelados por violências, por falas e ações excludentes. A ver, Juqueira (2009):

Tal como ocorre com outras ‘minorias’, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar ‘algo mais’ para, quem sabe, ‘ser tratado/ a como igual’. Sem obrigatoriamente perceber a internalização dessas exigências, é instado/a a

assumir posturas a fazer dele/a: 'o melhor amigo das meninas', 'a que dá cola para todo mundo', 'um exímio contador de piadas', 'a mais veloz nadadora', 'o goleiro mais ágil', etc. [...] Trata-se, em suma, de esforços para angariar um salvo-conduto que possibilite uma inclusão (consentida) em um ambiente hostil (JUNQUEIRA, 2009, p. 26).

É visível a perseverança das três entrevistadas aqui mencionadas diante das adversidades que passaram, independentemente da época de onde houve estas dificuldades, seja no Ensino fundamental, Médio ou na própria Universidade elas existem para persegui-las. Em muitos relatos, vimos que não houve um direcionamento inicial para a área da educação, mas que com muita luta por meio do engajamento nos movimentos sociais de base, por participação direta na construção de políticas públicas e por jamais deixarem de pensar no bem coletivo de pessoas trans e travestis, que poderiam vivenciar suas identidades de forma plena, buscaram um lugar para se sentirem apoiadas, contrariando muitos episódios ruins sofridos e viram no ambiente educacional uma maneira de vencer na vida, de perseverar mesmo diante de todas as adversidades sejam por ser de classe social, sejam por serem trans/travestis.

Corroborando com os relatos que vimos aqui temos por exemplo, a fala de Megg Rayara Gomes, e suas vivências: “Foi na escola que começou a marcação cerrada. A fila dos meninos, o banheiro dos meninos. Eu não respondia chamada de jeito nenhum, porque não me reconhecia naquele nome. Comecei a sofrer assédio moral, ameaça de violência. E a me retrain”. Sabemos que Megg foi a primeira travesti negra a se tornar doutora em educação no Paraná, em 2017, a professora utilizou um vestido com nomes de travestis mortas. Mesmo com a titulação, vemos relatos de Megg que ainda sofre bastante preconceito, mas que luta todos os dias pela inserção de pessoas trans e travestis no próprio ensino superior. Para comparação, entre mulheres trans e travestis, apenas 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio, e 56%, o ensino fundamental, segundo o projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae.

É desta maneira que percebemos quão importante foi a trajetória de nossas entrevistadas, de luta e que ao completarem o ensino médio, a faculdade já estariam fora da curva de normalidade, ainda mais por serem pessoas influentes em seus meios de atuação e se destacam ainda mais.

De acordo com as histórias que trouxemos, foi muito difícil para as três os momentos em que estiveram em sala, quando em casa conseguem ter um apoio, um acolhimento que deveria ser algo construído de forma positiva, o problema se volta para o ambiente escolar. Isso demonstra na prática o que vimos na teoria, para Beatriz Pagliarini, autora de blog que trata do transfeminismo, há o entrelaçamento de causa e consequência por conta destes acontecimentos na Educação Básica. Ela afirma: Os/as jovens trans e travestis, durante suas infâncias e adolescências, são comumente hostilizados/as na escola e na família. O ambiente escolar não é comumente acolhedor e ainda persiste a rejeição e expulsão domiciliar. Mesmo que exista um ambiente escolar familiar menos desfavorável, como um/a jovem vai poder estudar se não tem um teto? Ou num ambiente que simplesmente se recusa a respeitar a sua identidade de gênero?

São estes questionamentos que percebemos gritantes quando observamos as falas das participantes nessa pesquisa, a descontinuidade das políticas públicas voltadas para a inclusão, foram programas sociais como Prouni que permitiram o ingresso dos menos favorecidos ao Ensino Superior, mas como vimos aqui relatado todas elas precisaram ser muito inteligentes, ser diferenciadas para alcançar o sucesso, como seriam a vida delas se fossem alunas com dificuldades de aprendizagem?

As ideias de superação estão sempre atreladas a vivências que (sobre)vivem aos diversos apagamentos sociais e violências sistemáticas. Pessoas trans e travestis tem o direito de vivenciar suas existências, sem precisar, a todo momento, estarem validando seus conhecimentos, suas atuações profissionais etc, por meio de posturas impecáveis, como se isso nos desse o direito mínimo de existir. Se não precisassem se destacar em meio a tantas pessoas, seja como presidentes de associações estudantis, ou como ajudantes de professoras. Como explicita mais uma vez Megg Rayara (2017), em sua entrevista: “Fui percebendo que, se não tivesse boa formação acadêmica, não ia ter lugar nenhum no mundo. A minha existência seria um fracasso absoluto. À medida que fui progredindo academicamente, fui me construindo como travesti e negra, expressando minha identidade. Aí tinha um repertório para me proteger”.

Ainda de acordo com as declarações de Megg, elas só lutam pelo direito de serem reconhecidas como pessoas que pensam e produzem conhecimento. Com a presença declaradas e não negadas, de pessoas LGBT's a existência passa a ser construída, e o medo do preconceito deixa de atrapalhar o percurso formativo. Segundo Megg, e nós corroboramos com tal pensamento: "educação é uma possibilidade de mudar a postura dentro das escolas e tornar a existência dos LGBTs menos sofrida. A educação possibilita essa mudança".

Entretanto, o que vemos são pesquisas que apontam o caminho totalmente falho, em que de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) publicou a 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, tal estudo pode nos dar uma dimensão acerca da falta de estudantes de graduação em universidades públicas. O estudo demonstra uma baixíssima presença de pessoas trans nesses espaços, que somam 0,2% desses estudantes. A partir disso, podemos ter certeza da enorme exclusão/expulsão social e educacional, um gargalo formado desde a educação básica até a faculdade. Houve universidades que tiveram iniciativas de destinar cotas para pessoas trans, como a UFABC, entretanto pouca foi a procura (evidente, como vamos para o Ensino Superior, sem sequer conseguir sobreviver na Educação básica?). Ao nos depararmos com fatos assim é que vemos que a dificuldade não pode ser combatida apenas com ações em alguns lugares de forma pontual.

Voltando a olhar para outra questão levantada por nossas participantes, em alusão a fala da última, Lucivânia, há dados que demonstram pessoas trans que se suicidam. Em 2021, houve uma entrevista com Sayonara Nogueira pesquisadora, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) afirma que: "O monitoramento é muito difícil, porque não se fala em suicídio, principalmente no meio jornalístico. Nós também não publicizamos esses dados. Mas isso vem de todo esse processo de exclusão. Toda essa morte social que a pessoa sofre que vai levá-la ao suicídio". A saída que muitas pessoas encontram está em tirar a própria vida dada a enorme dificuldade e sentimento de exclusão que sentem.

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil iniciou desde 2017 estudos para traçar um perfil demográfico da população T (trans e travestis) no Brasil, visto o IBGE ainda é muito conturbado as informações sobre tal, quando nega a população T e tem apenas questões quanto a lésbicas, gays e bissexuais. Em dados recentes sobre a educação a Rede conseguiu destacar que há um percentual de 64,1% de pessoas trans/travestis que não concluíram o Ensino Médio, reforçando a ideia da chamada “expulsão” que ocorre para com esta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se muito mais que descobertas científicas, ou respostas de questionamentos sobre o tema, mas teve como objetivo íntimo o conhecimento, a orientação e a reflexão sobre trajetórias de vida de professoras trans e travestis que, assim como eu, alcançaram o sucesso a partir de sua trajetória profissional na educação, sem romantizar violências e com muita luta, onde o preconceito com a identidade de gênero não prevaleceu ao real talento e esforço, como deve ser.

Visando o alcance do objetivo principal de investigar como três docentes trans e travestis de diferentes áreas de ensino, da cidade de Fortaleza/CE, narram os seus percursos de êxito escolar e como essas trajetórias estão relacionadas com as práticas pedagógicas dessas profissionais da educação e as mudanças sociais no âmbito escolar vimos que tais narrativas foram amplamente exploradas, trazendo perspectivas reais do que as três passaram ao longo de suas vidas familiares e acadêmicas podendo ilustrar as suas vivências e com isso a investigação da realidade deu-se de forma real e potente.

Para cumprir com o objetivo geral, buscamos realizar também os seguintes objetivos específicos, de forma que houve a exposição de como se construiu o percurso formativo das três professoras trans e travestis participantes descrevendo os fatores que poderiam ter levado as mesmas à exclusão/evasão; também chegamos a identificar os desafios e estímulos que permearam a trajetória escolar dessas docentes diante de um ciclo de práticas discriminatórias e segregadoras que foram relatadas no presente estudo; e relacionamos tais narrativas das trajetórias de êxito escolar das docentes com as práticas

pedagógicas empreendidas por essas profissionais, suas conquistas diárias e as mudanças que elas causaram nas instituições que passaram a partir de todas as narrativas de enfrentamento, como no caso da participação nos jogos universitários na categoria desejada, na peça teatral em sua escola católica ou numa atividade prática em um ambiente público para rebater posicionamentos ultrapassados sobre questões de saúde.

A questão levantada nesta pesquisa é bastante marcada por situações e histórias de ódio, não só dentro dos ambientes educacionais, mas em todos os espaços da sociedade, principalmente em um país como o Brasil que vergonhosamente é conhecido por ter um índice tão alto de ocorrências de ódio contra a população de pessoas trans e travestis e que infelizmente por conta de processos que favorecem retrocesso, está cada vez mais potencializado. Entretanto, a escola como lócus de pesquisa nos traz uma discussão de modo a repensar a melhor maneira de combater este preconceito e expulsão, compreendendo que é nela que cada pessoa constrói grande parte da sua identidade, esse ambiente possui um elevado potencial de problematizar o deslocamento que as pessoas trans e travestis se encontram, mas entendemos também que coexiste a compreensão e o acolhimento no mesmo.

A diferença acadêmica, mas também o ganho pessoal com a pesquisa e principalmente com as participantes, pode produzir uma diferença significativa no meu processo pessoal. Tudo que foi pesquisado permitiu reviver toda as perspectivas que tive durante meu próprio processo. De forma geral, os apontamentos trazidos para análise neste estudo e toda a discussão levantada ajuda a construção da identidade de mulheres trans e travestis que estão na batalha diária por conquistar seu espaço em diversas áreas, em especial na educação.

A presente dissertação avançou de forma satisfatória contando com autores/as conhecidos/as, dos quais destaco as pesquisadoras trans e travestis aqui citadas, que nos mostraram a visão acerca de assuntos como evasão escolar, o preconceito por parte dos próprios/as educadores/as, pois não há representatividade dentro das escolas e em muitas vezes, percebeu-se que não havia qualquer inclinação das instituições sejam no âmbito da escola de Ensino Fundamental e até dentro das universidades que pudessem permitir que

peessoas trans e travestis tivessem o acolhimento assertivo adequado, a serem tratadas como todas as pessoas devem ser, com respeito e dignidade.

Na construção dessa dissertação, em relação ao que foi visto, um momento bastante difícil de tratar é a evasão/expulsão escolar, muito embora tenhamos visto que os relatos podem ser diferentes, para com a população de pessoas trans e travestis, tal fato provoca uma devastadora sucessão de fatos indesejáveis na vida destas pessoas quando decidem abandonar a escola, pois muitas oportunidades são perdidas, os índices de escolaridade demonstram justamente a falta de continuidade deles, e conseqüentemente um futuro sem grandes expectativas.

A conquista de boas oportunidades de emprego, de melhoria real de vida, depende da educação e isso não é diferente para este segmento da população. As políticas públicas precisam ser voltadas a mecanismos que apoiem a continuidade do processo de escolarização das populações que sofrem preconceito. Muitos caminhos precisam ser melhorados e os processos durante a vida escolar, como a utilização e o respeito do nome social dentro da escola, das faculdades/universidades, tais pequenos gestos, mas com grande potencial inclusivo, são de suma importância para garantia dos direitos destas pessoas.

É bastante recorrente a prática omissiva nas escolas em relação aos direitos conquistados pela população LGBTQIA+, sem perceber que estas atitudes vão margeando à dignidade das pessoas, pois o lugar onde passam a maior parte de seu tempo acaba por se tornar um local inóspito para elas, que vivenciam posturas discriminatórias, momentos de extrema agonia, onde deveriam ser na verdade acolhidas, amparadas em um local harmonioso para o convívio das diferenças. Sabe-se que pouco disso pode ser refletido, realmente, mas o que se procura e recomenda são ações que promovam as mudanças de posicionamento e de atitude.

Pessoas trans e travestis estão em todas as áreas da sociedade ou desejam estar. Na educação, proporcionalmente deve haver uma ampla presença delas, e em relação a isso deve-se intensificar o olhar para a criação de projetos, diretrizes educacionais e políticas públicas efetivas que qualifiquem professores/as, gestores/as de escolas e a comunidade escolar em geral com

recomendações para inclusão e o amparo que pessoas trans e travestis merecem bem como todas as diferenças ali encontradas.

Destacamos diante das entrevistas realizadas o alcance do objetivo da pesquisa com histórias que contam e enaltecem as trajetórias de mulheres trans e travestis que trouxeram suas experiências/expectativas de vida com sucesso que custou muitas lutas para elas, mostrando mais uma vez a realidade difícil para pessoas que não pertencem ao padrão cis-heteronormativo. É de suma importância levantar tais questões a fim de promover o debate justo e que saia da teoria e reflita na prática estas mudanças

As identidades sociais que antes eram muito mais confortáveis para um sistema excludente (como o da cis-heteronormatividade) hoje sofrem mudanças, reinvenções e outras reflexões e hoje, bem diferente de antes, conseguem ser potentes, mesmo com todos os ataques e deslegitimações. Dialogar com os diversos segmentos da sociedade, de forma educativa, é o caminho e onde se dará o progresso das construções sociais dessas possibilidades de existir. Este trabalho propõe análises reais de trajetórias que se fortaleceram dentro das escolas, pessoas que coexistiram com outras que eram desinformadas/preconceituosas e conquistaram seu lugar de fala. A escola enquanto espaço de diálogo sempre será uma porta aberta para a subversão de novos entendimentos.

Em minha experiência de vida e como profissional passei por algumas escolas que não se dispõem a lutar junto conosco, são a realidade descomprometidas, pois se sentem estranhas aos sentimentos das pessoas que performam o diferente, sejam elas pessoas trans e travestis ou quaisquer outras que rompam a norma e evitam construir uma relação de empatia com os alunos/as de forma a tornar o lugar mais equânime. O que esse texto traz é justamente contrariar estes pensamentos, mostrar que a inicialização destes relacionamentos irá produzir na escola um contexto acolhedor e assertivo. Estamos diante de relatos de pessoas que se arriscaram, que colocaram suas personalidades para serem julgadas e obtiveram sucesso em suas carreiras.

Ao que tudo indica, estamos desbravando um caminho que progressivamente vai dando oportunidades a toda essa população que antes, sequer eram tratadas com dignidade, no mínimo, que é serem chamadas pelo

nome que escolheram. Sim, concluímos que estamos longe do ideal igualitário que todos/as merecem ser tratados/as, mas muito já se evoluiu.

Vale considerar que a escola é um lugar de ampla produção de práticas de diversidade, não deve haver restrição aos pensamentos, aos comportamentos, não existe uma relação de submissão, ou pelo menos não deve haver uma visão misógina ou sexista e tão pouco transfóbica. Desta forma, pessoas trans e travestis constituem um lugar de possibilidades.

As estratégias a serem utilizadas para conter por exemplo, a evasão escolar, devem representar grande preocupação por parte dos governos de forma a evitar que a sociedade crie mecanismos que expulsam alunos/as trans e travestis da escola e futuramente da sociedade.

Com os recursos que nos foram mostrados nessa pesquisa através dos estudos bibliográficos percebeu-se que a cultura identitária já implantada nas escolas produz características que hoje estão sendo perdidas, acreditamos que há um ganho nas expressividades de trans e travestis nesses ambientes. Não podemos deixar que o espaço já conquistado seja desconsiderado pela cis-heteronormatividade das práticas escolares antiquadas, tradicionais e injustas.

Assim, a escola enquanto instituição social, enquanto ambiente potente para expressão das identidades, tem um papel fundamental de interiorizar o entendimento e o acolhimento as diferenças

A importância de pesquisas com estes recortes de gêneros, sexualidade, que refletem a segregação da população trans e travestis, especialmente nas escolas, vem da necessidade de indicar os sucessos e refletir sobre os fracassos, a fim de minimizar os números de violência que permeiam esta temática

Coloco-me à frente desta pesquisa como mulher trans, professora de matemática e nordestina, filha de uma grande mulher (Maria de Lourdes Pinto Souza) e que viveu todo o caminho e enfrentou/enfrenta muitas barreiras para estar aqui e que busca as melhores condições das pessoas trans e travestis nas escolas não somente na forma de discurso, mas a fim de criar neste ambiente um lugar que acolha muito mais do que julgue qualquer estudante. Por todas, as que já se foram e pelas que ainda estão por vir, por toda a nossa existência e luta por (sobre)vivência, que nossa voz seja eloquente e que tenhamos cada vez

mais professoras/es trans e travestis e muito mais dessa população em todos os lugares da sociedade, que é nossa por direito. A revolução será trans/travesti!

REFERÊNCIAS

ABREU, Marlene Aparecida Viana. **Analisando as razões do fracasso escolar no ensino fundamental**. Educação. Recuperado em 11 de setembro, 2021. Em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/analizando-as-razoes-do-fracasso-escolar-no-ensino-fundamental/>.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Rer. Direito GV** [online]. 2018, vol. 14.

ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa** / – 2012. 278 f.

ANTRA, Associação Nacional das Mulheres Trans e Travestis. **Dossiê de Assassinatos e Violências contra Transexuais e Travestis Brasileiras 2021**. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 15.01.2022.

ARAÚJO, Valdenia Pinto de Sampaio. **Educação e diversidade(s): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?** 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil, 2012.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENETTI, Marcos Renato (2000). **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de Mestrado, Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2013, pp.165-182.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, 2011, p. 548-559.

BERGIER, Bergier. XYPAS Constantin. **Por uma sociologia do improvável. Percursos atípicos e sucessos inesperáveis na escola francesa**. Revista Educação em Questão, v. 47, n. 33, set./dez. 2013, p. 36-58.

BOHRER, Larissa. **Rede Brasil Atual**. Brasil (2022) Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/autor/larissa-bohrer-radio-brasil-atual/> Acesso: 20.01.2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. **Défaire le Genre Paris**. Éditions Amsterdam, 2006.

CARDIN; ROSA, Letícia Carla Baptista . **Da realização do projeto homoparental e da preservação dos direitos da personalidade das crianças**. In: Iara Rodrigues de Toledo; Sarah Caroline de Deus Pereira; Carla Baggio Laperuta Fróes. (Org.). Estudos Acerca da Efetividade dos Direitos da Personalidade no Direito de Família: construção do saber jurídico, crítica aos fundamentos da dogmática jurídica. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013, p. 59-83.

CARVALHO, Maria Eulina P.; ANDRADE, Fernando César B.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. universitária, UFPB, 2009.

CATARINAS, **Subverter o CISTema: O transfeminismo na voz de Letícia Carolina**. Disponível em: <https://catarinas.info/subverter-o-cistema-o-transfeminismo-na-voz-de-leticia-carolina-nascimento/>. Acesso em: 06.01.2022.

CÉSAR. Maria Rita de Assis. **"Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras"**. In: XAVIER FILHA, Constantina. (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

CNBB, <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cresce-300-o-uso-de-nome-social-nas-escolas-publicas-na-ultima-decada/> Acesso em: 10.04.2022.

Dia da Visibilidade Trans destaca a luta pelos direitos da população LGBTQ+. Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (CEDS/OAB), 2019.

Dentro do Meio, <https://dentrodomeio.com.br/colunas/especial/apenas-002-das-pessoas-trans-chegam-as-universidades/> Acesso em: 02.05. 2022.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.119, p. 29-45, julho/2003. Disponível em: Acesso em: 05 de agosto de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. MOTTA, Manoel Barros da (org.) Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber** (3a ed.). São Paulo, SP: Paz & Terra.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GUSE, Hygor Batista; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. **Representações sociais de professores(as) de matemática LGBTQIA+ sobre diversidade sexual e de gênero**. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação Matemática do Estado do Rio de Janeiro, 2020, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBEM-RJ, 2020.

IRIGARAY, Helio Arthur Reis. **Identidades Sexuais Não-Hegemônicas: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica Queer**. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus**. Brasília, 2012.

JOHNSON, Matt. **Transgender Subject Access: History and Current Practice**. Cataloging & Classification Quarterly, v. 48, n.8, pp. 661-683, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. ; Henriques, Ricardo. Camusca, Adelaide. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo”**. In: _____. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

LIONÇO, Tatiana. DINIZ, Debora. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Disponível em: <https://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/e-books/secao-1-10-32-de-de-finibusbonorum-et-malorum-escrita-por-cicero-em-45-ac>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 25, n.2, p. 60-75, 2001. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/46833/29119>> Acesso em: 20 de agosto, 2021.

Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil : relatório 2021 / José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores).-- 1. ed. -- Salvador : Editora Grupo Gay da Bahia, 2022. -- (Relatórios do Grupo Gay da Bahia ; 1).

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente : (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese – Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná – Paraná, 2017.

Observatório Trans, Brasil (2021). Disponível em: <https://observatoriotrans.org/> - Acesso em: 28.11.2021

PEREIRA, C.F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBTQ no Brasil. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

Portal UFRJ. **Subvertendo as normas de raça e de gênero na academia**. Disponível em: <https://www2.ufrj.br/noticias/2020/06/08/subvertendo-as-normas-de-raca-e-de-genero-na-academia/>

PRECIADO. Paul. B. **Quem defende a criança queer?**. Texto traduzido por Fernanda Nogueira e originalmente publicado sob o título “Qui défend l’enfant queer?” em: http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. 2013. Disponível em: <<http://espacosqueer.blogspot.com.br/p/inscricoes.html>> Acesso em: 15 de julho de 2022.

PRECIADO. Paul. B. **Um apartamento em urano: crônicas da travessia** - 1ªED. Ed. Zahar. 2020

REDE TRANS BRASIL, Brasil (2021) – Disponível em <http://redetransbrasil.org.br/>,. Acesso em: 12.12.2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 20 (2), 71-99, 1995.

UOL. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/trans-escola>. Acesso em 30 set. de 2018.

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar voluntariamente em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso concorde em fazer parte do estudo, preencha o documento consentindo sua participação. O documento terá duas vias: uma será sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar a pesquisadora Erikah Pinto Souza pelo endereço eletrônico nucleomatcie@gmail.com.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do estudo: Trajetórias de êxito escolar de professoras trans e travestis em Fortaleza/CE

Pesquisadora responsável: Erikah Pinto Souza - aluna do Mestrado Acadêmico em Ensino do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO – UERN/IFRN/UFERSA.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva.

Objetivo e justificativa da pesquisa

A pesquisa tem por finalidade produzir dados sobre os contextos sociais de professoras mulheres trans e travestis na cidade de Fortaleza/CE e como estas sujeitas narram os seus percursos de êxito escolar. Dessa questão norteadora, surgem as questões mais específicas: Como se deu o percurso formativo até a conclusão do Ensino Superior diante das normas de sexualidade impostas desde a escola? Quais os desafios e estímulos permearam esse percurso? Como as trajetórias de êxito escolar dessas docentes relaciona-se com as suas práticas pedagógicas e com as possibilidades de mudanças na sociedade escolar?. E por meio dessa interlocução mostrar como é possível romper com paradigmas sociais presentes dentro dos ambientes escolares e impostos pela cis-heteronormatividade.

Participantes da pesquisa: Professoras mulheres trans e travestis da cidade de Fortaleza – Ceará.

Envolvimento na pesquisa:

O envolvimento com a pesquisa se dá com uma conversa gravada via Google Meet na qual a colaboradora da pesquisa narrará as suas experiências da vida-formação-profissão. Os dados obtidos, em sua totalidade, podem ser utilizados ou não para a pesquisa.

Riscos / desconfortos: A pesquisa não envolve complicações ou riscos. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e, quando

divulgadas, terão a identidade das pessoas da pesquisa preservada. O resultado obtido com os dados produzidos por meio das narrativas, serão sistematizados, discutidos e posteriormente divulgados na forma de um texto dissertativo, que será apresentado em sessão pública de avaliação.

Benefícios: A pesquisa possui como benefícios a possibilidade de publicizar histórias de sucesso de sujeitas trans e travestis, que historicamente, ficam a margem da sociedade por romperem com os padrões cis-heteronormativos impostos cotidianamente, pelo simples fato de serem quem querem ser, e mesmo diante de toda essa falta de oportunidade conseguiram seguir caminhos que fortalecem a representatividade. Além de que estudos e pesquisas dentro desse contexto são inexistentes o que de fato dificulta a visualização de que os paradigmas podem ser rompidos e as trajetórias, muito embora por muitas vezes dolorosas, podem ter visualizações diferentes.

Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa.

Termo de Consentimento

Eu, Luana Angelo de Lima acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações sobre o estudo em questão. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Eu poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos.

Dados do participante:

Nome Completo: Luana Angelo de Lima
CPF: 043.648.873-66
RG: 2006010377387
Telefone: (85) 986489054
E-mail: luana.angelo.lima@gmail.com
Data de Preenchimento: 10/01/2022



Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Orientador Responsável

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar voluntariamente em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso concorde em fazer parte do estudo, preencha o documento consentindo sua participação. O documento terá duas vias: uma será sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar a pesquisadora Erikah Pinto Souza pelo endereço eletrônico nucleomatcie@gmail.com.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do estudo: Trajetórias de êxito escolar de professoras trans e travestis em Fortaleza/CE

.

Pesquisadora responsável: Erikah Pinto Souza - aluna do Mestrado Acadêmico em Ensino do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO – UERN/IFRN/UFERSA.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva.

Objetivo e justificativa da pesquisa

A pesquisa tem por finalidade produzir dados sobre os contextos sociais de professoras mulheres trans e travestis na cidade de Fortaleza/CE e como estas sujeitas narram os seus percursos de êxito escolar. Dessa questão norteadora, surgem as questões mais específicas: Como se deu o percurso formativo até a conclusão do Ensino Superior diante das normas de sexualidade impostas desde a escola? Quais os desafios e estímulos permearam esse percurso? Como as trajetórias de êxito escolar dessas docentes relaciona-se com as suas práticas pedagógicas e com as possibilidades de mudanças na sociedade escolar?. E por meio dessa interlocução mostrar como é possível romper com paradigmas sociais presentes dentro dos ambientes escolares e impostos pela cis-heteronormatividade.

Participantes da pesquisa

Professoras mulheres trans e travestis da cidade de Fortaleza – Ceará.

Envolvimento na pesquisa

O envolvimento com a pesquisa se dá com uma conversa gravada via Google Meet na qual a colaboradora da pesquisa narrará as suas experiências da vida-formação-profissão. Os dados obtidos, em sua totalidade, podem ser utilizados ou não para a pesquisa.

Riscos / desconfortos

A pesquisa não envolve complicações ou riscos. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e, quando divulgadas, terão a identidade das pessoas da pesquisa preservada. O resultado obtido com os dados produzidos por meio das narrativas, serão sistematizados, discutidos e posteriormente divulgados na forma de um texto dissertativo, que será apresentado em sessão pública de avaliação.

Benefícios: A pesquisa possui como benefícios a possibilidade de publicizar histórias de sucesso de sujeitas trans e travestis, que historicamente, ficam a margem da sociedade por romperem com os padrões cis-heteronormativos impostos cotidianamente, pelo simples fato de serem quem querem ser, e mesmo diante de toda essa falta de oportunidade conseguiram seguir caminhos que fortalecem a representatividade. Além de que estudos e pesquisas dentro desse contexto são inexistentes o que de fato dificulta a visualização de que os paradigmas podem ser rompidos e as trajetórias, muito embora por muitas vezes dolorosas, podem ter visualizações diferentes.

Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa.

Termo de Consentimento

Eu, Luana Angelo de Lima acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações sobre o estudo em questão. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Eu poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos.

Dados do participante:

Nome Completo: Sílvia Cavalleire Araújo da Silva

CPF: 600.464.393-90

RG: 20000110321102

Telefone: (85) 997230684

E-mail: silvinhacavalleire@gmail.com

Data de Preenchimento: 11/01/2022



Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Orientador Responsável

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar voluntariamente em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso concorde em fazer parte do estudo, preencha o documento consentindo sua participação. O documento terá duas vias: uma será sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar a pesquisadora Erikah Pinto Souza pelo endereço eletrônico nucleomatcie@gmail.com.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do estudo: Trajetórias de êxito escolar de professoras trans e travestis em Fortaleza/CE

Pesquisadora responsável: Erikah Pinto Souza - aluna do Mestrado

Acadêmico em Ensino do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO – UERN/IFRN/UFERSA.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva.

Objetivo e justificativa da pesquisa

A pesquisa tem por finalidade produzir dados sobre os contextos sociais de professoras mulheres trans e travestis na cidade de Fortaleza/CE e como estas sujeitas narram os seus percursos de êxito escolar. Dessa questão norteadora, surgem as questões mais específicas: Como se deu o percurso formativo até a conclusão do Ensino Superior diante das normas de sexualidade impostas desde a escola? Quais os desafios e estímulos permearam esse percurso? Como as trajetórias de êxito escolar dessas docentes relaciona-se com as suas práticas pedagógicas e com as possibilidades de mudanças na sociedade escolar?. E por meio dessa interlocução mostrar como é possível romper com paradigmas sociais presentes dentro dos ambientes escolares e impostos pela cis-heteronormatividade.

Participantes da pesquisa

Professoras mulheres trans e travestis da cidade de Fortaleza – Ceará.

Envolvimento na pesquisa: O envolvimento com a pesquisa se dá com uma conversa gravada via Google Meet na qual a colaboradora da pesquisa narrará as suas experiências da vida-formação-profissão. Os dados obtidos, em sua totalidade, podem ser utilizados ou não para a pesquisa.

Riscos / desconfortos: A pesquisa não envolve complicações ou riscos. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e, quando divulgadas, terão a identidade das pessoas da pesquisa preservada. O resultado obtido com os dados produzidos por meio das narrativas, serão sistematizados, discutidos e posteriormente divulgados na forma de um texto dissertativo, que será apresentado em sessão pública de avaliação.

Benefícios: A pesquisa possui como benefícios a possibilidade de publicizar histórias de sucesso de sujeitas trans e travestis, que historicamente, ficam a margem da sociedade por romperem com os padrões cis-heteronormativos impostos cotidianamente, pelo simples fato de serem quem querem ser, e

mesmo diante de toda essa falta de oportunidade conseguiram seguir caminhos que fortalecem a representatividade. Além de que estudos e pesquisas dentro desse contexto são inexistentes o que de fato dificulta a visualização de que os paradigmas podem ser rompidos e as trajetórias, muito embora por muitas vezes dolorosas, podem ter visualizações diferentes.

Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa.

Termo de Consentimento

Eu, Luana Angelo de Lima acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações sobre o estudo em questão. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo. Eu poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos.

Dados do participante:

Nome Completo: Lucivania Lima de Sousa

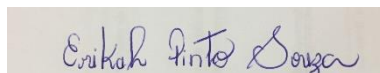
CPF: 054.332.218-50

RG: 2005010417917

Telefone: (85) 98666.8522

E-mail: lusousaasedocente@gmail.com

Data de Preenchimento: 04/02/2022



Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Orientador Responsável